

Moçambique: o “fim da história”... única

Trajectórias dos anticolonialismos em Moçambique*

Michel Cahen

P 325-341

O livro “hostil” de João M. Cabrita sobre a história da Frelimo, *Mozambique. The Tortuous Road to Democracy* (Houndmills, Basingstoke – Nova Iorque, Palgrave, 2000, 312 p.) já tinha dado um pouco de polémica (cf. *Lusotopie* 2002, I: 391-393). No entanto, publicado em inglês por um Português nascido em Moçambique e radicado na Swazilândia, o livro tinha tido uma circulação restrita no país. Com Barnabé Lucas Ncomo, pode-se dizer que a situação foi bem diferente. Raramente um livro dum autor moçambicano editado em Moçambique, terá feito correr tanta tinta, se se tomar em conta o número de artigos, entrevistas, correspondências, publicados na imprensa do país de Maio (antes mesmo do lançamento da obra) a Setembro de 2004. Sérgio Vieira, teórico não arrependido do partido único dito “marxista-leninista”, que tinha conseguido o texto, lançou a ofensiva anti-Ncomo antes mesmo da publicação¹, utilizando erros evidentes da obra para a caricaturar grosseiramente e desconsiderar o trabalho paciente do seu autor, cometendo por sua vez erros (ou mentiras) inverosímeis². Mas, esta carga teve como efeito aumentar uma publicidade que já se fazia só de ouvir falar, e na imprensa independente. O lançamento teve lugar no Centro cultural franco-moçambicano de Maputo, terça-feira dia 27 de Julho, no auditório, cheio de setecentas pessoas, na ausência de membros do governo e históricos da Frelimo, no entanto convidados, e também sem que a obra possa ser apresentada por cinco dos académicos sucessivamente solicitados. Finalmente, é o sexto académico, Dionísio Quelhas, membro da Renamo, que abriu a sessão, mas igualmente na ausência de qualquer dignitário do seu partido que, como principal formação da oposição poderia, neste período da campanha eleitoral, ter-se lançado sobre a fortuna numa obra que fala dos crimes do partido no poder... Alguns dias mais tarde, em Agosto, um segundo lançamento teve lugar na Beira, capital da região centro, de onde Uria Simango

* A propósito de Barnabé Lucas NCOMO, Uria Simango. Um homem, uma causa, Maputo, Edições Novafrica, 2003 [publicação: Julho de 2004], 468p., sem ISBN. Os meus agradecimentos a Salvador Cadete Forquilha pela tradução do texto do francês para o português. A versão original em francês foi publicada sob o título “La “fin de l’histoire”. . . unique. Trajectoires des anticolonialismes au Mozambique”, Portuguese Studies Review (Trent, Trent University), XV (1), 2007-8 [publicado em Junho de 2009].

¹ Sérgio Vieira, “Sobre história e historietas”, Domingo, 18 de Julho de 2004: 8. Os meus agradecimentos a Barnabé Lucas Ncomo pelo envio de numerosos recortes de imprensa.

² Assim, a bomba que matou Mondlane teria passado pelas mãos do Padre Pollet, na altura a trabalhar em Tabora!!!

era originário. Mesmo a edição do livro foi difícil, os editores existentes em Maputo esquivando-se, obrigando o autor a fundar expressamente uma casa de edição! Dos nove spots publicitários na TVM, já pagos, seis sofreram um problema técnico que impediram a sua difusão para o lançamento em Maputo, mas também para o lançamento, dias mais tarde, na Beira.

Mesmo assim, a obra esgotou em alguns dias, mostrando espectacularmente a sede de muitos moçambicanos de conhecer a história do seu país – incluindo aquela da Frelimo, partido dirigente da luta de libertação anti-colonial – fora da versão oficial, da “história única”. A natureza externa do público vindo ao lançamento, em comparação àquele que habitualmente comparecia nas iniciativas político-culturais, foi bem assinalada por Machado da Graça:

“Quem eram então os presentes? Eu diria que eram uma classe média, na casa dos 30/40 anos, com formação superior. Os muitos carros estacionados à porta confirmavam esta percepção. Um certo número de gente mais velha, contemporânea do próprio Simango, também se fez representar. A forma como se desenrolou a cerimónia do lançamento foi também pouco vulgar. Foi um misto de espectáculo e de cerimónia religiosa. Com a sala às escuras e o palco iluminado, começou com o Hino Nacional e prosseguiu com orações e um coral de uma Igreja. [...] Muito mais ambiente de missa do que de comício, não houve discursos inflamados nem apelos à vingança [...] esteve presente naquela cerimónia um tipo de pessoas que não vemos normalmente nas actividades políticas, mas que está, sem a menor dúvida, interessada na vida do país. Gente que não parece atraída pelas formações políticas existentes, mas que quer saber sobre a verdade da história recente do nosso país. Gente que poderá ser mobilizada por algum projecto político sério, se bem me pareceu. Uma nova geração de cabeças pensantes, sem vínculos ideológicos, com a marca puritana da igreja protestante. [...] a surpresa foi positiva...”³.

Portanto, antes mesmo de ser lida, a obra de Barnabé L. Ncomo teve a sua historiografia: desde os artigos ou entrevistas à volta da publicação⁴, a polémica consecutiva a cargo de Sérgio Vieira⁵ e da censura na televisão⁶, as saudações no lançamento⁷, até às críticas bizarras⁸ ou argumentadas⁹ e enfim, às primeiras análises matizadas¹⁰. Se muitos dos factos que este

3 Machado da Graça, «Um acontecimento», Savana, 30 de Julho de 2004: 6.

4 As referências que se seguem nas sete notas consecutivas a partir desta, não são exaustivas. Lourenço Jossias, “Dei a minha contribuição à História”, Zambeze, 27 de Maio de 2004: 4; Theo Mpumo (entrevista conduzida por), “Uria Simango: entre o empenho missionário contra o mal”, Demos, 9 de Junho de 2004: 10 – 11; João Baptista André Castandé, “Resgate merecido”, Zambeze, 17 de Junho de 2004; Ungulani Ba Ka Cossa, “Uria Simango: um home, uma causa (perdida)”, Zambeze, 8 de Julho de 2004: 5 [artigo presuntamente recusado pelo Jornal Notícias]; Fernando Gonçalves (entrevista conduzida por), “‘Todo o mundo sabe quem mandou matar’ declara Lutero Simango”, Savana, 23 de Julho de 2004: 2 – 4.

5 Artur Nkaíma, “Sérgio Vieira sobre os vapores de Baco”, Zambeze, 22 de Julho de 2004: 14; Machado da Graça, “Pré-campanha”, Savana, 23 de Julho de 2004; Benedito Marrime, “História? Sim; histórias e historietas? Não”, Zambeze, 29 de Julho de 2004: 5.

6 Francisco Carmona, “Livro sobre Uria Simango deverá ser lançado na Beira dentro de duas semanas”, Correio da Manhã, 29 de Julho, n.º 1879: 1-2; Milton Machel, “Biografia de Uria Simango sofre censura silenciosa?”, Savana, 30 de Julho de 2004: 5 [artigo recusado anteriormente pelo jornal Notícias], 30 de Julho de 2004.

7 Celso Ricardo, “Sobre Uria Simango”. Governo gazeta no lançamento do livro”, Zambeze, 29 de Julho de 2004: 3; “Eiditorial. A história nem sempre é agradável”, Savana, 30 de Julho de 2004: 6; Fernando Veloso, “‘Et vive la France!’ Reaccionários unidos jamais serão vencidos!”, MediaFax, 2 de Agosto de 2004, n.º 3084: 1-2; Luís Nhachote, “Os gazeteiros”, MediaFax, 2 de Agosto, n.º 3084: 4; Adelino Buque, “Homenagem a Uria Simango”, Diário de Moçambique, Beira, 3 de Agosto de 2004: 5.

8 Heliodoro Baptista, “Outros homens, outras causas”, Demos, Maputo, 26 de Maio de 2004: 14, e 2 de Junho de 2004: 12.

9 [Paul Fauvet], “Dissident or traitor? Biography of Uria Simango launched”, Mozambiquefile, Maputo, AIM, Setembro de 2004, n.º 338: 10-12.

10 Fernando Lima, “Os Simango”, Savana, 23 de Julho de 2004: 7; Manuel de Araújo, “Será ‘Simango, uma obra, uma causa’, uma bíblia alternativa?”, Notícias, Maputo, 27 de Julho de 2004: 5 e 28 de Julho de 2004: 5. Estranhamente, P. Fauvet (ver nota anterior) acusa, no boletim em inglês da Agência de informação de Moçambique, M. de Araújo de ter “descrito o livro, absurdamente, como

livro conta eram do conhecimento dos especialistas (mas estrangeiros na maior parte das vezes), pelo menos nos seus contornos gerais, se ele não contem “revelações”, propriamente falando, o facto de ter sido escrito por um Moçambicano e publicado em português em Moçambique, muito detalhado, a partir de fontes, nomeadamente orais, consideráveis (independentemente do uso que delas se fez, *cf. infra*) recolhidas com uma paciência infinita e prudência pelo autor desde os finais dos anos 1980 (ainda sob o partido único), enfim o enorme interesse, suscitado junto dum público “não habitual”, confirmam que esta obra é a manifestação duma evolução irreversível na maneira de apreender a história em Moçambique – um pouco como *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Cossa (ou Khosa), tinha situado, a partir de 1987, o início da ruptura definitiva em literatura com o “realismo socialista”¹¹. As implicações políticas directas da investigação histórica provavelmente explicam em parte a distância entre a viragem em história e aquela, anterior, em literatura, pelo menos no que se refere aos *livros* – a viragem com efeito tinha sido iniciada, por pequenos toques, em *artigos* de historiadores moçambicanos, em revistas moçambicanas de investigação, tais como *Estudos Moçambicanos* ou *Arquivos*, desde este mesmo período dos finais de 1980.

Uria Simango, um homem, uma causa será evidentemente um encorajamento para a elaboração de biografias políticas de outros “vencidos de história” ao longo das páginas sombrias do anticolonialismo moçambicano – Lázaro Nkavandame, Mateus Gwengere, Adelino Gwambe, etc. –, e duma forma geral um encorajamento para a elaboração de trabalhos sobre correntes políticas e trajectórias sociais e culturais de que foram o resultado; entretanto também – o que será sem dúvida mais difícil ainda – grandes estudos históricos e não mais hagiográficos sobre “vencedores” tais como Eduardo Mondlane ou Samora Machel... Por outras palavras, a Frelimo pode continuar a ganhar todas as eleições, mas haverá cada vez menos história única.

Aliás, a obra foi publicada precisamente seis meses antes das eleições legislativas e presidenciais de Dezembro de 2004 em que a Frelimo ganhou mais uma vez o escrutínio (embora o número de votos fosse o mais baixo desde 1994, mesmo se a percentagem dos votos expressos a seu favor esteve em alta). Sem dúvida, um tal contexto não era favorável a uma discussão serena do conteúdo da obra. Agora é tempo de voltar a ela do ponto de vista da história.

História e biografia

Uria Simango, pastor dum ramo da Igreja congregacionalista americana fixada no centro de Moçambique desde o fim do século XIX, foi um dos fundadores do anticolonialismo moçambicano moderno. O seu pai Uria Timóteo Simango, tinha sido deportado, na sequência dos motins de Machanga e Mambone – uma região de forte anticolonialismo precoce¹² – em 1953-54. Uria filho teve ele próprio rapidamente que se refugiar na Rodé-

uma ‘nova bíblia’, num longo artigo no *Notícias*” (Mozambiquefile, Setembro de 2004:11), enquanto este último conclui a sua crítica positiva, sim, com uma chamada de atenção contra uma tal interpretação: “Termino este artigo, colocando a questão: será Simango, uma obra, uma causa, bíblia alternativa da História da Frelimo? Em todo o caso, a obra de Ncomo encerra em si a existência de um edifício de múltiplas janelas” (*Notícias*, 28 de Julho de 2004: 5).

11 M. Cahen, “Ungulani Ba Ka Khosa: *Ualalapi*, des guerres ngunies à la fin du réalisme socialiste”, *Les langues néo-latines* (Paris), supplément au n° 327, décembre de 2003 [publicação Fevereiro de 2004], pp. 85 – 122.

12 M. Cahen, “L’anticolonialisme identitaire: conscience ethnique et mobilisation anti-portugaise au Mozambique (1930 – 1965)”, in C. Dubois, M... Michel & P. Soumille (eds), *Frontières plurielles, Frontières conflictuelles en Afrique subsaharienne*, Paris, L’Harmattan, sept. 2000, 462 p.: 319 – 333; e não publicado *Les “mutineries” de la Machanga et de Mambone (1953): conflits sociaux*,

sia do Sul, onde exerceu o seu ministério em Salisbury, desenvolvendo ao mesmo tempo uma associação legal, a *Portuguese East African Society* (PEAS), um agrupamento de entreajuda dos emigrantes moçambicanos na colónia britânica que servia de cobertura às suas actividades políticas – a sua ideia de *Partido da Convenção nacional* (PCN) já estava presente. Em Bulawayo, um outro grupo de Moçambicanos tinha criado um partido anticolonialista, a Udenamo (*União democrática nacional africana de Moçambique*) dirigido por Adelino Gwambe de apenas 21 anos de idade, e do qual Simango se tornou o n.º 2. Ameaçado pela Pide portuguesa, o grupo teve que rapidamente emigrar para Dar-es-Salaam, sob a protecção da TANU (*Tanganyika African National Union*). Na capital tanzaniana, Simango participou nas difíceis operações de unificação das pequenas formações anticoloniais moçambicanas e se colocou do lado de Eduardo Mondlane. Este último, antropólogo e tendo-se tornado professor na universidade de Syracuse, era apoiado pelos Tanzanianos e Americanos, que desconfiavam do radicalismo e da ausência de maturidade de A. Gwambe, também apoiado pelo Ghana de K. Nkrumah e os países do Leste. Assim, de 1962 a 1969, Uria Simango foi o vice-presidente da Frelimo e geralmente apoiou, durante numerosas crises e lutas intestinais que marcaram o difícil início da luta armada, as posições do presidente Mondlane. Todavia, criticava-o fortemente pela sua falta de atenção aos problemas dos equilíbrios étnicos no seio da direcção, acerca de punições expeditivas aplicadas no seio da guerrilha, até mesmo assassinatos nunca esclarecidos. Isso colocou-o progressivamente em oposição frontal ao grupo que ia tomar o poder, a saber uma aliança de “político-militares” mais ou menos marxistas à volta de Samora Machel e Marcelino dos Santos e outros quadros do Sul, e de jovens militares macondes formados nas missões católicas holandesas, e que se tinham confrontado com os *chairmen* civis do seu grupo étnico. Aquando do segundo congresso da Frelimo, realizado em Niassa em 1968, Uria Simango candidatou-se à presidência e Eduardo Mondlane só ganhou por dois votos para a sua recondução, e unicamente por causa do boicote do congresso protagonizado pelo grupo dos *chairmen* macondes inquietos pela sua segurança. Na sequência do assassinato de Eduardo Mondlane por uma encomenda armadilhada da Pide em Fevereiro de 1969¹³, uma vasta caça às bruxas foi desencadeada contra todos aqueles que se opunham aos político-militares, e Uria Simango, acusado de ser um “ambicioso” – ele tinha concorrido com Mondlane – foi a pouco e pouco envolvido em acusações de cumplicidade na morte deste último. Expulso da Frelimo em 1970 após ter publicado um documento denunciando os atropelos dos direitos humanos no seio da Frente, ele exilou-se então no Cairo, donde tentou recriar uma organização anticolonialista, o Coremo (*Comité revolucionário de Moçambique*). As raras actividades militares deste grupo, lançadas a partir da Zâmbia na província de Tete, foram perseguidas tanto pelos Portugueses como pela Frelimo (depois pelos próprios Zambianos, uma vez que a vitória da Frelimo foi certa). Simango voltou a Moçambique, na Beira, pouco tempo depois do 25 de Abril de 1974, tentando relançar o seu primeiro projecto de PCN, desta vez sob o nome de *Partido da Coligação nacional*, pois formado a partir do reagrupamento de pequenas formações. Destas últimas, algumas eram anticolonialistas e outras de facto toleradas e manipuladas pelos Portugueses

activisme associatif et tension religieuse dans la partie orientale de la “zone vandau”, Bordeaux, Janeiro de 1991, CEAN-IEP, 55 p. multigr. Visivelmente o autor não conhecia estes trabalhos de língua francesa.

¹³ Aqui não é o lugar para discutir as circunstâncias da morte de Eduardo Mondlane, mas o autor destas linhas, por causa das suas fontes, não tem nenhuma dúvida acerca da responsabilidade da polícia secreta portuguesa. Na página 111 da sua obra, BLN também indica que E. Mondlane foi assassinado pela Pide.

durante a última fase do seu poder. Em condições mal esclarecidas (inclusive na obra de B. L. Ncomo), Simango cometeu o grande erro de participar nos motins dos Portugueses nativos a 7 de setembro de 1974. Estes motins, na verdade, exprimiram o desespero da pequena burguesia branca e mestiça luso-colonial de ver recusada toda a representatividade na formação dum governo provisório formado por Portugal e por uma Frelimo já virtualmente partido único¹⁴, mas só podiam ser interpretados pela maioria da população africana como uma tentativa de lhe roubar o seu direito à independência¹⁵. Assim, ele teve que abandonar o país logo em Outubro de 1974 – o que ele fez, e foi a primeira vez – com a ajuda da rede (em vias de desaparecimento) de Jorge Jardim. Ele não conseguiu despertar o interesse dos Rhodesianos, e exilou-se então no Quênia. Lá, ele caiu na armadilha dum convite ao Malawi. Chegado a este país, cuja ditadura havia colaborado tanto com os Portugueses e tinha muito que se fazer perdoar, ele foi directamente levado à fronteira com Moçambique e entregue à Frelimo com a ajuda da Polícia portuguesa... Primeiro levado a Nachingweia, o antigo campo de treino da guerrilha na Tanzânia de que Samora Machel tinha sido comandante, lá ele foi coagido, na mais pura tradição estaliniana, a ler publicamente uma longa confissão em que se acusava de todos os crimes, desde o início das suas actividades, e implorava perdão (11 de Maio de 1975). Depois, ele foi enviado ao “campo de reeducação” de M^otelela, no norte de Niassa, na companhia de outros opositores (J. Semeão, L. Nkavandame, M. Gwengere, P. Gumane e alguns outros¹⁶) e dentro de pouco tempo juntou-se lhe a sua esposa, presa no seu domicílio na Beira. Mas, nenhum destes opositores tiveram direito a um processo, e foram assassinados em condições sem dúvidas atrozes (queimados vivos), em 1977 ou 1978 – a mulher de Simango, sem outra culpabilidade que não fosse o facto de ser esposa do seu marido, sendo liquidada em 1981, com outras esposas e, segundo Barnabé Lucas Ncomo, seus filhos. Os filhos de Uria Simango não foram seriamente perturbados, talvez por um feliz acaso de circunstâncias, e hoje são activos na política moçambicana. É provável que a Frelimo tivesse medo dum ataque de surpresa da Renamo nascente conseguisse libertar estes opositores que tinham guardado prestígio. O primeiro chefe da Renamo, André Matsangaissa, não tinha feito sua especialidade atacar os campos de reeducação, libertando os prisioneiros e recrutando alguma parte deles? Isso teria dado à rebelião uma legitimidade política e uma capacidade de autonomia que, evidentemente, o único apoio rodesiano interditava.

14 Um dos principais grupos que participaram nos motins do 7 de Setembro de 1974 era o Fico, Frente integracionista da Civilização ocidental, denominação que incontestavelmente cheira à extrema direita integracionista portuguesa. Todavia, para neste aspecto deixa de lado toda a mística luso-brasileira, aprendida na escola por todos e com a qual se identificavam largos sectores: “Fico” é também a resposta dada pelo regente dom Pedro à delegação da câmara municipal do Rio de Janeiro no dia 9 de Janeiro de 1822, confirmando assim a sua recusa de obedecer às Cortes de Lisboa que lhe davam ordens para voltar. O processo devia terminar, no mesmo ano, no muito famoso “grito de Ipiranga”, quando o regente, uma vez mais intimado pelas Cortes, declarou “A independência ou a morte”. Mas uma independência evidentemente “à brasileira”, anunciada a... 7 de Setembro (mas de 1822!). Certos casos são estranhos.

15 E isso, tanto mais que, à margem da ocupação da Rádio Clube por amotinados pacíficos, autênticos extremistas brancos levaram a cabo expedições punitivas e massacres nos bairros do caniço de Lourenço Marques. Em contrapartida, contrariamente ao que foi, e ainda é escrito, estes motins não tiveram estritamente nada a ver com as redes de Jorge Jardim.

16 Das quatro pessoas citadas neste parêntese, só as duas primeiras tinham colaborado com os Portugueses em circunstâncias bem diferentes. Quando um Lázaro Nkavandame se rendeu aos Portugueses que o tinham intoxicado com um projecto vago de autonomia da sua província, Cabo Delgado, e enquanto temia por sua vida no seio da Frelimo, Joana Simião foi realmente utilizada por Jorge Jardim como exemplo duma corrente política “brasileirista” e fê-la chegar até Marcelo Caetano. É preciso não esquecer que Jorge Jardim, ao mesmo tempo, negociava com a... Frelimo sob a mediação de Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia. O seu primeiro “protocolo de Lusaka” (1973), de resto, faz furiosamente pensar nos Acordos de Lancaster House, que Samora Machel impôs a Robert Mugabe em 1979 a pedido de Margaret Thatcher para acabar completamente com a Rodésia preservando ao mesmo tempo os interesses dos Rhodesianos.

Portanto, a vida de Uria Simango confunde-se com a história da maturação do anticolonialismo moderno moçambicano e da própria Frelimo. Para além da história dum homem, ela permite estudar a heterogeneidade dos processos sociais, étnicos e culturais que levaram à luta de libertação numa zona territorial de pura pertinência colonial – Moçambique –, longe da ficção duma “unicidade” defazendo-se regularmente de dissidentes forçosamente traidores. O livro de Barnabé Lucas Ncomo (*infra* BLN) tem portanto, com toda evidência, este mérito e, como já se disse, ele faz parte da *história da história* de Moçambique contemporâneo. Isto não significa que ele não tenha imperfeições metodológicas, ou que se deva segui-lo em todas as suas hipóteses ou afirmações.

A “história verdadeira” é o inverso da “história oficial”?

O que é que incitou BLN a empenhar-se, desde o fim dos anos 1980, numa busca histórica de longa duração? Certamente não foi por “manobra eleitoral”, como alguns acreditaram ter que o censurar – o livro tendo efectivamente sido publicado seis meses antes das eleições gerais, mas enquanto a pesquisa tinha começado perto de quinze anos antes. O autor conta ele próprio a circunstância e dela pode-se extrair uma significação mais profunda. Ainda criança, ele tinha assistido a um espectáculo na sua escola, e um dos pequenos actores falava *cindau* com um sotaque esquisito, preferindo expressar-se em inglês: tratava-se de Lutero Simango, filho de Uria, que os seus diversos exílios tinham tornado anglófono. Mas, perguntando ao seu próprio pai quem era este jovem, ele atraíu sobre si a resposta que era o filho dum “homem extraordinário”, Uria Simango. Ora, este Uria Simango era o mesmo de que se dizia, nas canções políticas quotidianas obrigatórias na escola, que era um “reaccionário”. A contradição entre a palavra da escola e a palavra do pai terá sido a primeira motivação.

Mas esta sensibilidade distinta saída do pai exprime um sentimento difuso bem mais importante: a vivência numa cidade, Beira, que não tinha tido, ao longo do século XX, a mesma história que a capital e as suas gentes do extremo sul, cujas etnicidades, missões cristãs, ambiente geopolítico, e até mesmo Brancos¹⁷, eram diferentes daqueles de Lourenço-Marques (Maputo); que tinha conhecido uma outra maturação nacionalista desde os motins de 1932, 1953, 1954 e o *Núcleo negrófilo de Manica e Sofala* interdito em 1956 – maturação mais precoce que aquela do Sul mas ignorada na história oficial da Frelimo; que conhecia uma outra colonização britânica (a Rodésia do Sul de antes de 1965 e o Nyassaland) permitindo uma socialização diferente daquela que viviam os emigrantes do Sul de Moçambique que partiam ao Rand ou ao Transvaal, etc.; em suma, uma cidade toda inteira que sentia o poder da Frelimo como largamente estrangeiro.

Duma certa maneira, as motivações do autor foram muito mais morais do que políticas ou históricas: restabelecer a dignidade dum homem assassinado pelo partido no poder e reintegrá-lo no seu direito de fazer parte da história do país e, mais precisamente, dos seus Heróis¹⁸. Nesta busca, BLN empenhou-se com uma muito grande perseverança e uma coragem evidente, mas sem preparação suficiente ao ofício de historiador e com uma visão fortemente distorcida das trajetórias do anticolonialismo em Moçambique.

¹⁷ A vitória de Humberto Delgado, candidato da oposição republicana em 1958 foi de tal maneira esmagadora na Beira entre os eleitores brancos e assimilados que a ditadura salazarista não conseguiu suprimi-la e teve que proclamar os seus resultados.

¹⁸ O tema dos Heróis é de primeira importância no discurso de “produção da nação” em Moçambique, e inteiramente retomado (invertendo-o evidentemente) pela Renamo. Do lado da Frelimo, pode-se consultar o estudo de Jérôme Vialatte, “Mozambique: l’État en quête d’une nouvelle symbolique”, *L’Afrique Politique* (Paris, Karthala), 1997: 39-54.

Paradoxalmente, a sua leitura da história é quase idêntica àquela da Frelimo no poder, visto que paralelamente inversa: sabe-se, esta última explicou a grande crise interna de 1968-1970 e as suas consequências ulteriores até à emergência do “banditismo armado”¹⁹, como um confronto entre a “linha burguesa” e a “linha revolucionária” no seio da Frente. BLN não põe em causa este tipo de problemática, a não ser que dum lado teremos os “verdadeiros nacionalistas pluri-étnicos” e doutro lado os “comunistas sulistas” (isso é muito claro desde o começo da obra, *cf.* p. 20, por exemplo). A grelha de leitura é inteiramente fundada sobre esta oposição, que interpreta todos os acontecimentos internos ao anticolonialismo como simples reflexos de determinantes internacionais – os agentes de Moscovo ou Pequim, e aqueles que resistem, com um Eduardo Mondlane hesitando entre estes dois pólos e acabando provavelmente por morrer disso. Isso enfraquece grandemente o alcance analítico da obra, por outro lado fundada, já se mencionou, sobre fontes consideráveis.

Mas aí reside um outro problema, a saber a demasiada frequente falta de ausência de metodologia crítica para com as fontes. Não se trata de recusar ao autor o seu direito de defender uma causa e opiniões, mas a demonstração teria sido reforçada por uma distância maior em relação ao objecto estudado e certas posições teriam ganho fortemente sendo apresentadas como hipóteses de pesquisa, em vez de serem apresentadas como factos comprovados, mas que são apenas asserções. Muito frequentemente, é mais nas contradições internas à sociedade moçambicana, nas trajectórias sociais dos seus segmentos de elites, na geopolítica das suas regiões, do que nos alinhamentos e factores internacionais que, sem negar estes últimos, se vai encontrar como explicar melhor o curso dos acontecimentos. Por exemplo, não se trata de negar que certos dirigentes foram atraídos pelo “marxismo-léninismo” – isto é, um post-marxismo e um post-léninismo estalinizados²⁰ – dirigentes de resto bem menos numerosos, no começo, na Frelimo moçambicana do que no MPLA angolano. Mas isso não nos diz nada acerca deste fenómeno, não explicita as causas socio-culturais dum tal alinhamento político ulterior – causas que permanecem vivas, distintas do alinhamento que elas produziram durante todo o período²¹. A não fazê-lo, desvia-se para uma concepção policial da história, a Frelimo sendo simplesmente confiscada progressivamente por “agentes” comunistas (ou assimilados) infiltrados.

Lamentemos enfim o uso, em minha opinião exagerado, do anonimato das entrevistas. Quando o autor começou as suas pesquisas, o anonimato era indispensável e, de toda a maneira, a condição posta pelos interessados para aceitar falar: assim, temos 47 entrevistas identificadas e 28 anónimas. No momento de publicar a obra (em 2003-2004), é provável que uma boa parte desses anónimos teriam aceite se fazer conhecer: é importante não apenas por uma questão de fontes, mas nomear o informador permite também descrevê-lo, situar a sua trajectória, compreender porquê ele disse isso e não outra coisa. Pois enfim, no Moçambique de hoje, é muito mais perigoso revelar assuntos de corrupção do que crimes do passado, mesmo quando eles são comprometedores para dirigentes ainda no poder.

19 “Banditismo armado”: qualificação utilizada pela Frelimo para designar os rebeldes da Renamo, a fim de lhes negar todo o teor político.

20 Lembremos que a expressão “marxista-léninista” que “rigidifica” o pensamento marxista associando-o apenas a dois (ou três) pensadores (Marx, Engels, Lénine) é uma expressão forjada somente a partir da estalinização completa do partido comunista da URSS.

21 Havia outras culturas marxistas disponíveis (austro-marxismo, análises gramscianas, luxemburgistas, trotskistas, ou ainda o marxismo latino-americano dum J. Martí, etc.), que não atraíram os dirigentes da Frelimo ou do MPLA no momento da sua formação, enquanto estavam na Europa, e é preciso compreender as razões sociais e culturais deste estado de facto.

A maturação anticolonialista

No primeiro capítulo (“O fim”: 25-54), BLN começa pelo... fim, e isso é coerente: ele quis descobrir as circunstâncias da morte de Uria Simango e restitui-nos o resultado da sua investigação. Não se pode não se estar comovido – e indignado – pela leitura dos detalhes da execução dos “reaccionários”, mesmo se as suas grandes linhas fossem conhecidas. Contudo, mesmo na exposição quase puramente “técnica” desses factos, o autor derapa: ele apresenta-nos a odiosa máquina de triturar e executar como uma particularidade do “radicalismo de esquerda” (nota 35: 39-40). Ele julga-se autorizado a explicar da mesma maneira a execução, em Timor leste, de militantes de Apodeti e de UDT (grupos conservadores), pela Fretilin (típica do dito “radicalismo de esquerda”) na véspera da invasão indonésia. No entanto, as suas circunstâncias são completamente diferentes (execução, por um poder de Estado, de alguns dirigentes, detidos desde há muito tempo num campo organizado, no caso da Frelimo; execução de prisioneiros em clima de guerra civil e de pânico, exactamente antes da invasão indonésia de 7 de Dezembro de 1975, no caso da Fretilin): isso não justifica nada, mas interdita a comparação. Por outro lado, este tipo de crime pode evidentemente ser encontrado em muitos outros quadrantes políticos, em particular de direita, ou da parte de potências coloniais: assassinatos de Patrice Lumumba no Congo pelos serviços secretos belgas, dos últimos dirigentes do UPC nos Camarões por um poder enquadrado pelos franceses, de todos os seus opositores por Hastings Kamuzu Banda no Malawi, etc. O “radicalismo de esquerda” é assim apresentado como causa da morte atroz de Simango, o que é absurdo. Este paradigma do “comunismo policial” atravessa toda a obra e enfraquece a sua análise política: felizmente isso não lhe retira o seu interesse biográfico.

O segundo capítulo (“Das origens à socialização política”: 55-83) retoma a ordem cronológica habitual e aborda o período da infância até à partida para a Tanzânia. Uria Simango nasceu no seio da linhagem Wadja do clã Simango, fixado na região do estuário do rio Save (Sabi, na Rodésia), entre Maropanche e Machanga, uma família ligada ao régulo Chiteve. Esta família tinha sido convertida ao cristianismo no fim do século XIX, pelos congregacionalistas americanos. Toda esta elite meio rural, meio urbana (quando emigra para Beira) foi profundamente marcada pelo activismo de Colombus Kamba Simango, o primeiro da região (e talvez de Moçambique) a ter feito estudos nos Estados Unidos, e na origem do associativismo *ndau* na região de Manica e Sofala. Preso aquando dos motins de Machanga de Junho de 1953, Timóteo, o pai de Uria, foi deportado, voltando a Machanga somente em Novembro de 1962, e morreu na Beira em 1989 sem nunca ter revisto o seu filho.

Seguindo o seu pai, Uria foi pastor da Igreja do Cristo (Ramo de Manica e Sofala) em Janeiro de 1956, igreja “local” ligada tanto aos presbiterianos suíços como aos congregacionalistas americanos. É neste clima proto-nacionalista e protestante que ele se uniu a Silvério Rafael Nungu (mais tarde acusado de cumplicidade na morte de Mondlane), Alberto Sithole, Samuel Dhlakama, etc., toda uma geração de jovens anticolonialistas do centro do país, já parcialmente “internacionalizados” pelos seus laços com os emigrantes na Rodésia e África do Sul. Acerca do motim de Machanga, BLN²² considera que ele tinha aguçado “*o conceito de nação em Manica e Sofala, e em particular entre as populações da*

22... que ignora o meu estudo sobre a questão: Les “muteneries” de la Machanga e de Mambone (1953): conflits sociaux, activisme associatif et tension religieuse dans la partie orientale de la “zone vandau”, Bordeaux, Janeiro de 1991, CEAN-IEP, 55 p. multigr.

etnia shona” (p. 64), reproduzindo assim a confusão frequente entre anticolonialismo e nacionalismo (este último entendido à escala de toda a colónia)²³. Ora, se este episódio histórico fundador é incontestavelmente anticolonialista e nacionalista, é à escala da nação ndau e não dum “Moçambique” perfeitamente abstracto, mesmo para o académico Kamba Simango, cujo sonho era criar uma universidade ndau. Porquê a área colonial “Moçambique” teria tido mais pertinência do que a área nacional ndau (chamem-na área étnica se quiserem, isto não muda nada à realidade humana e cultural)? De facto, é a repressão portuguesa que lentamente fez de “Moçambique” uma área de pertinência, no entanto não forçosamente “nacional”²⁴.

Uria filho não esteve presente no local aquando do motim, mas é indirectamente por causa dele que ele deverá rapidamente exilar-se na Rodésia do Sul, na sequência do aperto da vigilância portuguesa. Ele está em Salisbury no início de 1959, como pastor da *Presbyterian Church of Central Africa*. Ele organizará lá vários encontros evangélicos com “Portugueses” negros emigrantes, e uma acção social e política a coberto da PEAS. Ele só voltará à Beira para se casar, abandonando esta cidade precipitadamente por causa dum prisão iminente. Mas é nesta ocasião que ele encontrou pela primeira vez Filipe Samuel Magaia, que se tornará o primeiro comandante da Frelimo e morreu em condições estranhas. Em Novembro de 1960, ele fundiu o seu grupo com a Udenamo, organizada a partir de Bulawayo por Adelino Gwambe. As correspondências imprudentes que a Udenamo manteve com certos jovens de Beira confirmaram à Pide, na sequência de rusgas e interrogatórios (p. 75), a sua suspeita no papel de Simango no despertar anticolonialista dos emigrantes moçambicanos da Rodésia. Em Março de 1962, a Pide por pouco falhou na organização do seu rapto fracassado que nos é contado em todos os detalhes, rocambolescos e trágicos (p. 77-83).

Trajectórias socioculturais ou conspiração etnicista e comunista?

O terceiro capítulo (“Na Tanzania e a luta de libertação”: 85-129) trata da vida política de Simango em Dares-Salaam. A Udenamo já existia lá desde 1961 e representava Moçambique na Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas (CONCP) tendo a sede em Rabat e em seguida em Argel. A vida política tanganhiquesa era evidentemente dominada pela TANU (*Tanganyikan African National Union*) que, segundo o autor, via com maus olhos estes “moçambicanos vindos da Rodésia” (p. 86). Não é exactamente isso. A TANU desde há muito tempo estava em contacto com emigrantes macondes, portanto do extremo Norte de Moçambique, não lusófonos, e ignorava tudo dos moçambicanos das regiões mais ao sul e mais urbanizadas. Ora estes últimos (da Zambézia, do Centro ou do Sul), falavam português, o que parecia muito chocante e “colonial” para a TANU habituada a... inglês (tido como a “norma” em toda a África oriental...), fazendo passar

23 Acerca desta confusão frequente, ver M. Cahen, “Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular”, *Africana Studia* (Porto, Faculdade de Letras, Centro de estudos africanos), VIII, 2005: 39-67.

24 De notar que BLN faz um erro factual ao citar o “administrador do concelho” (de Machanga), Ivens Ferraz Freitas (p. 65). Um indicio de que a administração portuguesa tomou muito a sério este motim foi justamente que ela enviou, para levar a cabo o inquérito, Ivens Ferraz Freitas, a saber o administrador do concelho... de Lourenço Marques, a capital! Ele veio várias vezes, nos meses seguintes, para acompanhar o inquérito e a repressão. Há diversos outros erros factuais acerca do desenvolvimento dos motins de Machanga e Mambone (p. 66, por exemplo, acerca do papel de Gabriel Tivane), mas que não alteram a sua interpretação global.

estes “lusófonos” por Portugueses sempre suspeitos de ser colaboradores do poder colonial. A MANU (*Makonde/Mozambique African National Union*) sentia a mesma coisa para com estes moçambicanos esquisitos, muito “portugalizados” e urbanizados. A heterogeneidade moçambicana teve assim, desde o início, consequências importantes na estruturação do anticolonialismo: as clivagens não eram principalmente políticas, mas socio-culturais ; ou, mais exactamente, são estas últimas que provocaram as primeiras. Não é um acaso se a MANU estava ligada à PAFMECSA (*Pan African Movement for East Central and Southern Africa*) e a Udenamo à CONCP: duas trajectórias sociais internas e dois alinhamentos políticos internacionais diferentes. A Udenamo estava na verdade ligada ao Ghana anglófono, mas era um país longínquo e atento aos movimentos emancipadores da África ocidental “latina” (União democrática africana nas colónias francesas, PAIGC na Guiné portuguesa e em Cabo Verde).

O avanço rumo à unificação dos pequenos grupos presentes em Dar es-Salaam foi difícil, mas a pressão conjunta de K. N’Krumah e de J. Nyerere obrigou a MANU e a Udenamo a aceitarem unirem-se numa “Frente de libertação de Moçambique” (Frelimo), aquando da *All African Freedom Fighters Conference*, de 30 de Maio a 2 de Junho em Acra. Portanto a Frelimo não nasceu a 25 de Junho, mas sim a 2 de Junho de 1962, com A. Gwambe como presidente, da união dos dois grupos, o que o BLN relata e que é amplamente confirmado por outras fontes. Contudo esta união permanecia uma frente, sem significar a fusão das duas correntes. Mesmo assim, a história que se seguiu foi a imposição dum dirigente exterior a todos os movimentos existentes – Eduardo Mondlane – sem que um mínimo de verdadeiro debate tivesse tido lugar nos grupos interessados. É certo que a TANU tinha decidido de se ver livre de A. Gwambe, muito jovem e imprevisível nas suas declarações políticas. Uria Simango, segundo BLN (p. 92), foi escolhido para coordenar a comissão de vinte membros encarregue de organizar a verdadeira fusão, incluindo nela a Unami (União nacional de Moçambique independente)²⁵.

De facto, a fusão organizada a 25 de Junho de 1962, com o apoio total de Uria Simango – mas a recusa não menos total de Adelino Gwambe –, não impediu a retirada duma parte dos “fundidos”, nos dias ou meses seguintes, aquando de convulsões sucessivas (que não se detalhará aqui). As questões étnicas, para além mesmo dos interesses de pessoas foram causas importantes dessas convulsões – eu próprio insisti no papel estruturante das trajectórias socio-culturais, de que a etnicidade faz parte –: mas era por essa razão um “grande plano” claramente concebido desde o início ? BLN parece pensar assim, ao escrever que à volta da eliminação de A. Gwambe e da “eleição” de Eduardo Mondlane, tratava-se de facto da “*procura de uma hegemonia étnica e regional para a liderança da organização*”, que “*cedo se faria sentir por parte de alguns*” (p. 93).

As coisas são ao mesmo tempo mais simples e mais profundas: estão reunidos em Dar es-Salaam “moçambicanos” que nunca se tinham encontrado antes, provenientes de regiões sem nenhum laço histórico entre si, que não falam as mesmas línguas africanas,

25 Segundo BLN, os enviados da Unami – um pequeno grupo do oeste zambeziano – tinham como instrução aceitar a todo o custo a fusão com a Frelimo (p. 91). Não partilho este ponto de vista, com base em arquivos da Pide. A.B. Costa Chagonga, dirigente da Unami, não esteve presente aquando da “segunda” criação da Frelimo a 25 de Junho de 1962, e sempre aceitou a Frente apenas como uma... frente de diversas organizações guardando a sua independência. E. Mondlane não esteve longe de reconhecer isso, ao considerar, tão tarde como em 1965, que a Frelimo, no Malwi, era representada pela Unami – que, nessa data, não aceitou. De facto, a Unami, na sequência do rapto do seu dirigente, foi em seguida recuperada pelos Portugueses, parcialmente “virado” aquando do seu cativeiro com base na sua hostilidade para com a Frelimo sulista. ... De igual modo, não me parece nada comprovado, como o afirma BLN (p.92) que ele tenha sido morto na prisão em Setembro de 1988, nela tendo sido posto pela Frelimo a partir da descolonização. Parece-me que ele morreu em sua casa, não tendo nunca mais sido inquietado desde há anos.

têm uma relação histórica à colonização diferente, não frequentaram as mesmas missões, em suma, gente para quem a “moçambicanidade” não é nada mais do que o facto de ter em comum a opressão portuguesa. Nestas condições, enquanto a atmosfera não é de modo algum favorável ao debate democrático, um dirigente proveniente duma região parece totalmente “estrangeiro” a muitos outros, parece-lhes “não ser conveniente”, não fazer parte do seu mundo. Desta forma se exprimem na verdade sentimentos e até discriminações étnicas, mas elas provêm da manifestação da própria heterogeneidade do espaço “Moçambique” e não duma vontade pré-estabelecida.

Ora esta heterogeneidade não é de modo algum uma diferença na iguade: as pessoas do Sul são mais alfabetizadas, mais numerosas na micro-elite “moderna”, mais hábeis em valorizar os seus laços internacionais, etc. Eles levam a melhor porque um dirigente oriundo do Sul e professor universitário parece-lhes ser mais “conveniente” por causa da própria trajectória socio-cultural deles, e não por causa dum “grande plano” etnicista que seria seguido depois dum plano “comunista”. Alguns, sem dúvida alguma, tiveram opiniões e sensibilidades mais claramente etnicistas do que outros, mas a maior explicação parece-me ter que ser procurada mais na manifestação de trajectórias socio-culturais diferentes e desiguais, do que em orientações etnico-políticas claramente definidas desde o início. Enfim, há o contexto: esta heterogeneidade moçambicana nunca teve a ocasião de ser discutida serenamente pelos interessados, porque não existia nenhuma tradição democrática e a comunidade internacional (nomeadamente a ocidental e de “direita”), menos do que ninguém, não insistia na ideia democrática – esta comunidade que apoiava por toda a parte a implementação de frentes (futuros partidos) únicas²⁶. Mencionarei apenas uma pequena anedota para ilustrar o propósito: muito mais tarde, aquando da abertura pluralista em Moçambique, quando o Presidente Joaquim Chissano declarou estar “aberto à discussão sobre a preeminência dos quadros oriundos do Sul na administração do Estado...”, e que ele acrescentou “... embora pessoalmente eu não reparei nada”, o mais interessante é que ele podia perfeitamente estar a ser sincero²⁷. Isso não atenua em nada a enormidade desta declaração, mas são habitus que se exprimem mais do que opiniões.

E. Mondlane tornou-se, a 25 de Junho de 1962, o presidente da Frente, na ausência voluntária de A. Gwambe²⁸. Temos portanto uma Frelimo que nasce dificilmente e que vai levar dois anos a fundir verdadeiramente as suas bases discordantes no Tanganhica, em Zanzibar e no Quênia. Mas, existe, desde o início, uma “forçada convivência de duas escolas ideológicas na mesma casa” (p. 99) ? BLN dedica páginas a tentar mostrar que um dirigente como Marcelino dos Santos era pouco ou muito um agente de Moscovo (p. 99-112), obrigado pelas circunstâncias a conviver com um Eduardo Mondlane liberal. Contudo esta explicação desconstroi-se por si só: se tal fosse o caso, porquê Marcelino dos Santos opôr-se-ia a A. Gwambe e à manutenção da Udenamo que beneficiava duma “imensa simpatia do Gana, de quem recebiam apoio material e financeiro, [e que] era conhecido pelas suas alianças ao Bloco do leste europeu e à estratégia da Internacional Comunista

²⁶ Lembremos que a política dos comités de descolonização da OUA e da ONU era de reconhecer apenas uma só frente “representante único e legítimo do povo de...”, em cada país. Da unidade desejada, a comunidade internacional passou assim à imposição de partidos únicos. E não foram os “comunistas”!

²⁷ Com isso quero dizer que, para pronunciar um tal juízo, não era necessário que ele fosse movido por um cinismo deliberado.

²⁸ Regressado da Índia na tarde do dia 23 de Junho, A. Gwambe podia perfeitamente participar na reunião da criação da Frelimo. Mas ele ausentou-se de novo, muito voluntariamente, desde o dia 24 ! Foi ele, e de modo nenhum Mondlane, quem foi o artesão da sua ausência, contrariamente ao que BLN deixa pensar (pp. 96-99).

[sic²⁹]” (p. 104) ? BLN é obrigado ele próprio a avançar explicações que giram à volta do facto que M. dos Santos era mestiço e, por isso, ainda que de longe com a maior formação universitária, era inaceitável para os outros. BLN aproxima-se então duma compreensão em termos de heterogeneidade das trajectórias quando ele escreve que M. dos Santos “*não encontrava nos nacionalistas moçambicanos de raça negra alguém que tivesse trilhado os mesmos caminhos que ele*” (p. 104). Por isso, a aparição da Udenamo foi para ele, antes de mais, uma “boia de salvamento” (p. 105) pois ele pessoalmente não tinha nenhuma base, nenhuma rede, em Moçambique ; mas depois foi um problema por causa da incapacidade estratégica de A. Gwambe. Ele viu-se então “*na ‘infeliz’ situação de ter de aceitar um dirigente moldado e temperado na sede do liberalismo ocidental*”, a saber E. Mondlane (p. 106). Ora esta apreciação de BLN em todo o caso só poderia ser uma hipótese: ela é suposta em função do (não menos suposto) “pro-comunismo” de Marcelino dos Santos³⁰ e não em função de fontes (escritas ou orais). O autor faz passar uma opinião por um facto verificado – enquanto os dois “estatutos de enunciação” (opinião/facto) deveriam estar claramente indicados –, o que lhe acontece muitas vezes na obra. Mesmo se por um instante aceitássemos esta hipótese (explicação pelo “comunismo” e Moscovo), ela imediatamente entraria em choque com o facto de que a “estratégia” do estalinismo depois da Segunda Guerra mundial não era de modo algum de empurrar para o “radicalismo de esquerda” as formações africanas³¹, nem de criar criar partidos comunistas africanos³². O PCP também não teve intenção nesse sentido³³. Sabe BLN que Marcelino dos Santos opôs-se à participação do PCP na CONCP ? Contrariamente ao que BLN interpreta, a hipótese inversa me parece mais plausível: Marcelino dos Santos e Eduardo Mondlane tinham trajectórias socio-culturais não idênticas (nomeadamente estadia em França para o primeiro, nos Estados Unidos para o segundo) mas compatíveis, eles eram “admissíveis” um para com o outro e a lealdade “americana” (mas “democrata”) do segundo podia perfeitamente entrar numa estratégia de unidade nacional... aprovada pela URSS ! BLN escreve:

“Foi preciso Mondlane morrer em Fevereiro de 1969 para que, gradualmente, a Frelimo se transformasse de uma Frente de tendência política liberal, a um movimento marxista-leninista de cariz estalinista” (p. 107), e “Com a sua morte [de Mondlane] em Fevereiro de 1969, o movimento viria a ser assaltado por uma linha marxista-leninista que, a despeito de então existir desde a sua fundação em 1962, nunca logrou impor-se efectivamente” (p. 111).

29 Lembremos que a Komintern foi dissolvida por Estaline em 1943 a fim de facilitar as táticas de união nacional dos PC dos países capitalistas, e que Kominform, o seu páldio reflexo tardio, foi dissolvido em 1959.

30 O laço de Marcelino dos Santos ao “marxismo”, e mais ainda ao “comunismo” mereceria uma análise detalhada e matizada. Em todo o caso, ele nunca se afirma, nesses anos como marxista ou comunista, ao contrário de um Viriato da Cruz que cria um partido comunista angolano e se exprimirá sempre, até à sua morte em 1973, como um marxista convicto. Acerca de Viriato da Cruz e o marxismo, ver o estudo de Christine Messiant, “Viriato da Cruz em Pequim: as provações de um revolucionário angolano. Esboço de um percurso e tentativa de interpretação”, in Michel Laban (ed.), Viriato da Cruz. Cartas de Pequim, Luanda, Chá de Caxinde, [2004]: 215-360.

31 Lembremos, por exemplo, que o apoio concedido pela URSS a um Nasser (Egipto), na verdade anti-imperialista mas de modo nenhum pro-comunista, foi bem superior ao apoio concedido ao partido comunista vietnamita na sua luta contra os Franceses e depois os Americanos; ou que a radicalização castrista em Cuba foi feita (1959-1962) contra o parecer dos Soviéticos. A este respeito, ver a obra clássica de Jacques Levesque, L’URSS et la Révolution cubaine, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques – Montréal, Presses de l’Université de Montréal, 1976, 222 p.

32 Aqueles que existiam (África do Sul e países árabes) tinham sido criados antes da estalinização.

33 Judith Manyà, Le parti communiste portugais et la question coloniale (1921 – 1974), thèse de science politique, Institut d’études politiques de Bordeaux, décembre 2004.

Eu penso que ele se engana completamente por várias razões. A primeira, é que a Frelimo nunca foi uma frente “de tendência política liberal”. Desde os primeiros estatutos de 1962, portanto muito antes do “marxismo-leninismo”, o “centralismo democrático” é adoptado e instituído em normas de funcionamento *interno* da Frente – isto é exactamente o contrário da definição de princípio leniniana (de antes do estalinismo) que prega o “centralismo democrático” para a actividade do partido em direcção ao *exterior* e aceita as tendências e fracções internas. Esta adopção teve grande consequência, pois ela significou a onipotência de um bloco de poder no seio da direcção, em detrimento da democracia: o “centralismo democrático interno” significou que todos os dirigentes tiveram que usar, no interior do partido, a orientação que a maioria tinha tido no seio do comité central, sem mesmo poderem explicar as suas posições pessoais às bases e às direcções intermediárias. Estas últimas tinham à sua frente apenas dirigentes “unânimes”, o que as asfixiava politicamente³⁴ e perpetuava a percepção duma direcção infalível (que ela fosse de tipo estaliniano, salazarista ou... nguni !), no seio da qual os problemas *não podiam* ser políticos, mas *só podiam* ser fruto de intrigas, manipulações, desvios, traições, tribalismos, etc.

Em segundo lugar, desde o início, a Frelimo só encarava uma hipótese: o partido único – e isso não tinha nada de especificamente marxista. Os outros grupos (Unami, Coremo) nunca foram considerados como tendo divergências, mas como sendo traidores, colocando-se eles próprios fora da nação. Enfim, também desde o início, mesmo se a tendência agravar-se-á em seguida, a Frelimo olhou para a sociedade camponesa com um paternalismo autoritário: a sociedade camponesa não devia ser “liberta”, mas “modernizada”, “organizada”. A Frelimo nunca foi “liberal”, mesmo no sentido que o termo podia ter antes da actual época neoliberal.

Não podemos na verdade saber o que teria acontecido se Mondlane estivesse vivo. É possível (até mesmo provável) que a Frelimo não tivesse adoptado o “marxismo-leninismo” como teoria oficial – mesmo se Mondlane reconhecia, a partir de 1968, que a Frelimo se “aproximava” do marxismo-leninismo. Quer dizer que E. Mondlane teria tido a mesma atitude que Amílcar Cabral, que sempre negou definir o PAIGC como marxista, posição que os dirigentes ulteriores respeitaram. Do mesmo modo o MLSTP de São Tomé não se valeu do marxismo. Ora isso não... mudou nada quanto ao *modelo político estabelecido*: mesmo paternalismo autoritário para com a sociedade camponesa e o movimento social, partido único, organizações de massa enfeudadas no partido, repressão violenta de toda a dissidência, ausência de liberdade de imprensa, etc. – todas as consequências da fusão partido-Estado justificada pelo “processo de produção da nação” oposto à diversidade africana. Contrariamente à história dos comunismos do terceiro mundo, na qual o marxismo é um fundamento *identitário* (partidos comunistas cubano, vietnamita, etc.), o marxismo adoptado mais ou menos pelos partidos da CONCP é *instrumental*, ele é uma ferramenta para exprimir um nacionalismo modernista. Que ele seja adoptado oficialmente (MPLA, Frelimo) ou não (PAIGC, MLSTP), o importante é a *nação imaginada*: homogénea (um só povo, sem etnias), moderno (fim do campesinato de habitat disperso, grandes empresas e cidades rurais, repressão do “obscurantismo”), monolíngüística (o português), integrada (partido único como crisol da nação). A adopção do marxismo é contextual para exprimir esse nacionalismo, mas esse nacionalismo cor-

³⁴ Eu tinha analisado em pormenor estas questões em “État et pouvoir populaire dans le Mozambique indépendant”, *Politique Africaine*, (Paris, Karthala), 19, septembre 1985, 36 – 60.

responde ao habitus da micro-elite urbana (muitas vezes, mas nem sempre, *assimilada* ou *crioula*), com empregos terciários e burocráticos, e sem muitas raízes “tradicionais”, produzida no seio da cidade colonial ordenada dos finais dos anos 1950. Também não se trata directamente de cores de pele ou de etnias, mas de trajetórias sociais e de habitus, em que cores de pele e etnicidades são factores entre outros.

Em resumo, não é o “marxismo”, presente desde o início e adoptado oficialmente em 1977, que provoca a implementação da estrutura política de partido único, partido-Estado e partido-nação. É o *imaginário nacional e social* da micro-elite, produto da colonização portuguesa tardia, e socialmente burocrática, que exige este tipo de estruturação política. *Em seguida*, no contexto político internacional e português dos anos 1960-70, esta elite pode legitimar este imaginário por um discurso marxista estalinizado. O “marxismo” não é causa, mas resultado e a Frelimo nunca se tornou um partido comunista.

Seja como for, durante estas lutas iniciais, Uria Simango esteve infalivelmente do lado de Eduardo Mondlane. E pode-se pensar que não foi apenas por concessão, vontade de unidade, etc., mas porque Uria Simango e Eduardo Mondlane tinham, eles também, trajetórias “modernas” e um imaginário nacional e social compatíveis.

Mondlane/Simango, o encontro falhado?

O quarto capítulo (“Um olhar às relações Mondlane/Simango”: 131-191) trata das relações entre Eduardo Mondlane e Uria Simango. BLN começa por contestar, com razão, o mito oficial sobre a eleição quase natural de Eduardo Mondlane como presidente da Frente. Segundo este mito, esta escolha teria sido quase evidente tendo em conta o facto de que Mondlane era um intelectual conhecido e prestigioso em Moçambique, em virtude dos seus títulos universitários, nos finais dos anos 1950 e nos começos dos anos 1960. Ora, não é nada disso: ele era conhecido na sua região, nas suas redes “suiças”³⁵, no “seu” Moçambique (p. 132). Kamba Simango era muitíssimo mais conhecido em Manica e Sofala, e se Mondlane foi conhecido lá, mais tarde, foi através de Uria Simango; o mesmo se diga de certos militantes associativos da velha elite zambeziana em Quelimane; ou ainda de Lázaro N’Kavandame em Mueda, etc. A respeito destes notáveis, como para o resto, Moçambique não era um espaço nacional, mas uma área de compartimentos autónomos. Mesmo a direcção da MANU, em Dar es-Salaam, ignorava tudo acerca de Mondlane³⁶. BLN ainda tem razão quando sublinha que, pouco tempo depois do seu regresso definitivo dos Estados Unidos, Eduardo Mondlane

“ver-se-ia rodeado por um grupo de alguns indivíduos da etnia tsonga que, na sua maioria, não haviam participado na fundação da Frelimo, e nem pertenceram a nenhum dos três movimentos precursores do movimento” (p. 133).

Poderíamos ainda segui-lo quando escreve:

35 O papel da Missão suíça e do cantão de Vaud no despertar do anticolonialismo em Moçambique foi amplamente sublinhado. Ver particularmente Teresa Cruz e Silva, *Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930-1974)*, Bâle (Suíça), P. Schlettwein Publishing, 2001, 210 p.

36 Eu pude consultar, em Lisboa (arquivos da Pide), a acta, feita pelo presidente da MANU, da reunião de 25 de Junho de 1962 em que Eduardo Mondlane é “eleito” presidente. Este último é chamado “Dr. Eduardo” [sic], sem mais de precisão.

“Entendiam os componentes desse grupo que apenas uma aliança com Eduardo Mondlane catapultá-los-ia ao órgão decisório da organização, dado que, para além de presidente do movimento, Mondlane era igualmente natural do sul de Moçambique e, culturalmente, da etnia tsonga” (p. 134).

Mas o que é que ele quer dizer, quando escreve:

“Apesar da queda de Mabunda, Gumane e Munguambe ter sido um choque imprevisível para Mondlane, a posterior e gradual aparição (entre 1963 e 1965) de indivíduos oriundos do sul de Moçambique no movimento veio reanimar as aspirações do antropólogo [i.e. E. Mondlane] de impor um “nacionalismo elitista” ditado pelo sul no seio da Frelimo. Em encontros privados com alguns desses recém-chegados, Mondlane [...] passou a dar mais importância aos conselhos desse grupo, tornando mais relevantes as decisões tomadas em confidências na sua casa em Oister Bay do que as decisões do Comité central. [...] o presidente se cercava por manipuladores de consciência tribal sulista e, gradualmente, ia sofrendo uma enorme influência desses indivíduos” (pp. 134-135 e 137³⁷).

A chegada crescente, mas tardia, de gente do “Sul” a Dar es-Salaam é um facto histórico. Mas não se lhe pode atribuir uma significação que ela não tem. BLN tem perfeitamente razão de contestar a versão oficial da formação da Frelimo por uma fusão tranquila e entusiasta de três movimentos “regionalistas” que, se unindo, teriam assim criado o “nacionalismo” moderno. As coisas foram muito mais complicadas. Na realidade, a Frelimo surgiu não tanto como o produto de (pequenas) formações pré-existentes, cuja base social era formada por trabalhadores emigrados no Tanganhica, em Zanzibar, no Quênia, na Rodésia do Sul e na Nyassalândia e maioritariamente oriundos do Norte e Centro do país, mas principalmente como génese duma nova formação unindo, sem continuidade organizacional³⁸ e sob forte apoio americano-tanzaniano, uma parte desta antiga base social emigrada³⁹, recém-chegados e enfim, cada vez mais, dos recrutamentos em Moçambique. Por causa da própria compartimentação do espaço provocada pelas colonizações portuguesa e britânica, é perfeitamente compreensível que os núcleos muito pequenos de activistas políticos, desde 1957, presentes em Dar es-Salaam, tenham primeiro sido formados por pessoas oriundas do Norte e do Centro do país. Estes núcleos representavam no entanto um número absoluto extremamente fraco de quadros⁴⁰. Ora,

37 Os testemunhos citados por BLN para sustentar esta visão de coisas são, particularmente, de José Massinga e Miguel Murrupa.

38 A UNAMI nunca se dissolveu, a MANU manteve uma existência oficial no Kenya, a ZMANU (em Zanzibar) recusa no início juntar-se à Frelimo, A. Gwambe reconstituiu a sua UDENAMO, a MAA (Mozambique African Association, muito mais numerosa do que a MANU e que tinha recusado se juntar a ela) permaneceu fiel à UDENAMO... BLN precisamente lembrou, no capítulo 3, que dos vinte membros do comité central eleitos em Setembro de 1962, apenas seis ainda são membros da Frelimo no dia 25 de Setembro de 1964 (Eduardo Mondlane, Uria Simango, Marcelino dos Santos, Silvério Nungo, Filipe Magaia e Lourença Mutaca (p. 113).

39 Parece que, pelo menos a partir de 1963, a base maconde da MAA, que recusando a entrada na MANU, tinha aderido à UDENAMO, passa à Frelimo; a ZMANU faz o mesmo, apenas os núcleos quenianos mantendo uma MANU enfraquecida mas não moribunda. Acerca deste aspecto, pode-se consultar a obra de João M. Cabrita, op. cit. e M. Cahen, “The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress”, *Africana Studia* (Porto, CEAUP), 2, Nov. 1999 (publicação em Maio 2000): 29-46.

40 BLN tenta provar o contrário nas páginas 147-150 da obra indicando que na “Frelimo de 1963 a 1969, a presença de indivíduos com habilitações literárias acima do quinto ano dos liceus era maioritária nos indivíduos oriundos do centro de Moçambique”, enquanto “os restantes indivíduos oriundos do Sul, na sua maioria, não possuíam para além do terceiro ano liceal (correspondente à oitava classe actual). [...] na Frelimo daquela época os originários do centro, com destaque para a província da Zambézia, possuíam melhores habilitações académicas do que a maioria dos que eram provenientes de outras zonas do país. [...] Os restantes indivíduos da ala regionalista sul [...] não eram superiores literalmente a outros moçambicanos do centro e norte” (p. 147-148). E concluir: “... a profundidade do problema [...] jamais poderá ser atribuído a desequilíbrios protagonizados pela colonização portuguesa a favor do Sul, mas sim à tomada de consciência de inferioridade [sublinhado do autor], tanto numérica como literária [dos sulistas]” (p. 150). Claramente, conscientes da sua fraqueza numérica e escolar, os “Sulistas” se teriam organizado para tomar o poder. Ora BLN confunde com toda

a repressão crescente em Lourenço Marques provocava a partida sucessiva duma nova geração de jovens, tendo muitas vezes uma formação secundária e até superior. Não se tratava duma conspiração sulista, tratava-se simplesmente duma nova vaga migratória. Que estes últimos, imbuídos de sua experiência da grande cidade, de sua formação escolar e de sua modernidade, de seu orgulho changane (tsonga), tenham facilmente caído na arrogância para com Ndaus, outrora vencidos por Ngungunhana, ou para com Macuas, Senas, Yaos, etc., isso é perfeitamente plausível, até provável. Que Eduardo Mondlane tenha mais facilmente ouvido, mesmo inconscientemente, gente da sua região do que do resto de Moçambique, é ainda perfeitamente plausível. *Mas se trata sempre de habitus, e não duma política tribalista estabelecida.*

De resto, evidentemente, BLN não utiliza os mesmos critérios para explicar as demissões de Mabunda, Gumane, Munguambe, todos gente do Sul; e ele também não pode utilizá-los para explicar a aliança da jovem geração maconde (extremo norte), e no início do próprio Lázaro N’Kavandame⁴¹, com Eduardo Mondlane. A questão étnica é importante, mas ela não é a única chave de compreensão, ela *entra* na composição dum conjunto de factores sócio-culturais. Pelas mesmas razões – e BLN não esconde –, não era fácil para um Africano aceitar dentro da Frente militantes brancos (ou mestiços), ou, a mulher americana de Eduardo Mondlane, constantemente acusada de ser o braço da CIA... (p. 140). Enfim, é evidente que este tipo de tensões sócio-políticas era um terreno fértil para as mais variadas infiltrações (Pide, CIA, Aginter-Press, etc.).

O que é certo é (cf. nota 37) que a Frelimo sempre se recusou a discutir as questões relativas aos desequilíbrios étnicos, pois estes aspectos da vida social eram relegados à categoria do “feudalismo”, do “tribalismo”, ou do “obscurantismo”. O paradigma de modernização autoritária para a criação rápida duma nação homogênea de tipo europeu e jacobino, levado a cabo por uma elite urbanizada, principalmente oriunda do Sul, não podia aceitar de elevar à categoria de questões políticas e sociais *pertinentes* este tipo de “primitivismo”. Portanto, o problema político ficava em nada resolvido, mas não é aquele da conspiração étnica denunciada por BLN: é aquele da impossibilidade de unificar trajectórias socio-culturais tão diferentes (inclusive étnicas) num quadro antidemocrático.

Derrapagens metodológicas e mortes suspeitas

Isso o leva, nas páginas seguintes, a derrapagens em que a carência de metodologia crítica das fontes é evidente. Assim, depois de ter dito que os moçambicanos do Centro e do Norte do país eram mais formados e diplomados do que aqueles do Sul – o que, com todo o rigor, pode-se admitir em termos relativos mas certamente não em termos absolutos (cf. nota 37) –, ele *acusa* a direcção da Frelimo de lhes ter concedido muitas bolsas de estudos no estrangeiro com um objectivo discriminatório:

a evidência (tendo em conta os dados que ele próprio apresenta) valores proporcionais e absolutos. É perfeitamente possível que, proporcionalmente ao seu número, os zambezianos tenham sido mais diplomados do que os “sulistas”; mas o número dos “sulistas” indo crescendo, não é menos evidente que o número absoluto entre eles com um nível de “quinto ano” era, no seio da Frelimo, maior do que aqueles de Quelimane. E isso é produto de desequilíbrios com origens na colonização portuguesa. De resto, isso não diminui o problema político, mas o coloca duma forma diferente: com efeito a Frelimo sempre se recusou a fazer uma reflexão sobre os efeitos desses desequilíbrios históricos, que ela, deste modo, reproduziu totalmente.

⁴¹ L. N’Kavandame era um empresário maconde moderno, formado em Tanganhica. A sua oposição à colonização portuguesa foi progressiva, quando ele compreendeu que nunca poderia realizar em Moçambique o que tinha conseguido fazer sob o capitalismo colonial britânico. É à Frelimo que ele aderiu em 1963, enquanto que a única chave de explicação pela etnicidade devia empurrá-lo para a MANU ou mesmo a Udenamo (que ainda incluía alguns dirigentes da MAA).

“Segundo uma das fontes consultadas, longe de estar imbuído de boas intenções, as bolsas de estudo que a presidência da Frelimo e a directora do Instituto Moçambicano se esforçavam em conseguir para a maioria dos jovens do centro e norte do país encerravam em si uma estratégia visando desembaraçar-se das possíveis sombras na gestão efectiva da organização” (p. 150).

Ora, leu-se bem: “*Segundo uma das fontes consultadas...*”, tal era o objectivo. Na qualidade de hipótese, esta opinião é portanto admissível, mas é ela, por essa razão, o reflexo da realidade? Em ciências sociais e particularmente em história, a metodologia implica o cruzamento de fontes diferentes. Ora BLN continua a defender a mesma tese nas páginas seguintes, indicando que os jovens do Centro e Norte aceitaram tanto mais as bolsas no estrangeiro depois

“a morte do [...] Sigauke⁴² e, posteriormente, a de Filipe Magaia. As mortes desses dois quadros da Frelimo e de outros que sistematicamente e de forma estranha se seguiram, causaram uma profunda desconfiança no seio do movimento” (p. 152)

o que provocou as saídas. Temos aqui duas séries de factos – as atribuições de bolsas, as mortes de Sigauke e Magaia – postas em relação por BLN, por dedução mas sem a sombra das fontes: as circunstâncias da morte dos dois quadros militares na verdade nunca foram esclarecidas de maneira satisfatória, mas isso não é uma prova de que eles tenham sido assassinados por uma facção da Frelimo. Enfim, estas mortes portanto têm, talvez, mas não necessariamente, uma relação com outras que “*sistematicamente e de forma estranha se seguiram*”, se é verdade que estas outras mortes duvidosas sejam comprovadas pois BLN não dá detalhes e não cita fontes⁴³.

Ora, podemos emitir outras hipóteses: numa Frente efectivamente atravessada por tensões socio-étnicas, no seio da qual não reinava nenhuma democracia e onde esta questão era tabu, certos acontecimentos podem ser interpretados de qualquer maneira por esta ou aquela sensibilidade: isso não faz deles verdades históricas mas pode simplesmente sublinhar que a guerrilha era também um mundo de rumores. Uma outra derrapagem típica, de um ponto de vista metodológico, produz-se quando BLN “cita” Mondlane:

“Deixem-nos [os do Centro e do Norte] ir estudar. Vocês [do Sul] peguem em armas e imponham-se no terreno. Quando eles regressarem vocês já terão o povo do nosso lado e serão os dirigentes do país. Eles serão os técnicos e quadros com diplomas, é verdade, mas trabalharão sob as vossas ordens. É assim que se faz política e se conquista o poder meus irmãos’ – dizia Mondlane”. (p. 152)

Segundo BLN, eis aqui, portanto, uma tática “expressa” claramente não se pode mais por “E. Mondlane”. Ora, não se trata de maneira nenhuma de Mondlane, mas duma testemunha anónima interrogada em 1999 por BLN, que conta quarenta anos mais tarde o que Mondlane lhe teria dito, ou mesmo que “sintetiza” o que Mondlane devia, na sua opinião, ter pensado naquele momento e que ele encena... Um testemunho secundário é posto aqui ao mesmo nível que um testemunho primário.

⁴² Segundo uma fonte anónima citada por BLN, Jaime Rivaz Sigauke tinha várias vezes alertado para o perigo de não haver suficientemente quadros oriundos do Norte e do Centro nas fileiras da guerrilha e da sua direcção (p. 151 e nota 225).

⁴³ Nas pp. 163-164, BLN dá alguns exemplos, sem que a fonte apareça claramente.

A morte de Filipe Samuel Magaia

A seguir, a obra procura demonstrar que Filipe S. Magaia, primeiro comandante militar da Frelimo, foi morto por ordem dum facção da direcção, com ou sem a cumplicidade de E. Mondlane. Magaia teria acusado Mondlane de não dar um apoio suficiente ao lançamento, e depois ao alargamento, da guerrilha [p. 155, não há menção da fonte] ; em 1965 e início de 1966, Mondlane teria feito o projecto de o substituir no comando do Departamento da Segurança e da Defesa por Samora Machel, na altura comandante do campo de Nachingweia [p. 155, fonte mencionada secundária⁴⁴] ; Uria Simango ter-se-ia oposto à ideia, admirando-se pelo facto de, na qualidade de vice-presidente da Frelimo, ouvir pela primeira vez que existe um problema Magaia apenas no dia em que propõem a sua demissão [página e fonte: *idem*] ; Magaia teria tentado alertar Eduardo Mondlane directamente, avisando-o de manobras etnicistas desenvolvendo-se no seio da Frente à sua volta mas talvez sem o seu conhecimento [p. 156, fonte: *idem*]; mas Mondlane já teria tomado o partido dos “Sulistas” e dum nacionalismo elitista no qual as reuniões da direcção eram preparadas na sua casa em pequenos comités [p. 157, fonte: *idem*]. Ora se Magaia é um nome do Sul e que o seu pai era rongá, a sua mãe era chuabo (ou lomwé) e ele tinha vivido durante muito tempo na Beira, aderindo à Udenamo na Rodésia do Sul depois em Dar es-Salaam na companhia de Silvério Nungu. Todos estes factos são possíveis, mas as suas fontes, vê-se, são frágeis. Isso acontece muitas vezes em história: a metodologia incita então à prudência.

Ora, BLN conclui a demonstração dizendo: “*Esta seria a causa primeira que ditaria a morte de Magaia e deve ser analisado no contexto de lealdade étnica, um factor intrínseco ao ser humano*” (p. 157). A vontade (suposta) de Mondlane de demitir Magaia das suas funções torna-se a causa (certa) da sua morte (sejam quais forem os seus comanditários). A derrapagem é evidente.

Além disso, BLN explica-a por uma visão primordialista da etnicidade – o “factor intrínseco ao ser humano”, subentendido: o sangue changane (isto é, Mondlane). Pelo seu “sangue”, Mondlane seria, no fim de contas, necessariamente solidário com o sangue changane de... Samora Machel. A etnicidade assim, não é mais uma variável socio-cultural susceptível de evolução e de cruzamentos com outras identidades, mas um dado natural e exclusivo do indivíduo.

Seja como for, duas coisas deveriam ser bem distinguidas: uma possível vontade de Eduardo Mondlane de demitir F. Magaia da direcção do DSD e de o substituir por S. Machel; e as circunstâncias da morte de F. Magaia. Estabelecer uma ligação de causalidade entre as duas coisas exige dispor de fontes sólidas.

A seguir, BLN dedica todo um parágrafo à existência dum partido secreto (ou fracção clandestina no seio da Frelimo), denominado *Mozambique Revolutionary United People's Party* (MRUPP). Este partido devia ser muito secreto, pois em dez anos de pesquisa nos arquivos da Pide em Lisboa, nunca o encontrei. O nome inglês de “MRUPP” é muito espantoso e não se vê porquê ainda que fosse um só dos seus dirigentes (todos citados por BLN) teria tido motivo para propor uma tal designação. A fonte mencionada é secundária pois se trata dum artigo de Benedito Tomás Muianga, publicado no semanário *Savana* em 1995. BLN reproduziu quase textualmente, sem nenhuma distância crítica, largos extractos desse artigo. Vale a pena portanto ir directamente à “fonte”:

⁴⁴ A saber, “AS”, fonte anónima interrogada por BLN em 1987, citando ela própria Fernando Mungaka.

“[o MRUPP] tinha a particularidade de ser constituído praticamente por moçambicanos do Centro e Norte do País. Filipe Samuel Magaia era comandante em chefe das forças do MRUPP. Magaia era tido entre seus correlegionários e combatentes não como “sulista”, como o seu apelido o identificava, mas lómwè, por vertude de ser matrilnear a sociedade a que sua mãe pertencia. Raúl Casal Ribeiro, de origem lómwè-sena servia como adjunto de Magaia, aliás como no seio da Frelimo. A pasta das relações exteriores estava nas mãos de Jaime Rivaz Sigauke, um ndau, sendo coadjuvado por Mariano de Araújo Matsinhe, de origem rongwa-nyungwe. Júlio Razão Nihia, outro lómwè, estava a testa das relações internas, secundado por Samuel Dhlakama, um ndau. Na pasta da organização encontrava-se o sena Vasco Campira Momboya. O maconde Lázaro N’Kavandame detinha o cargo de conselheiro. O MRUPP pretendia chamar a si a exclusividade da liderança da luta armada. [Esta cisão era] difícil de digerir por Mondlane e seus aliados. Acredita-se que a existência do movimento dissidente poderá ter chegado ao conhecimento da ala política ou através de Mariano Matsinhe ou por via do governo tanzaniano cujos funcionários da defesa e segurança mantinham estritos laços com o MRUPP. [...] A solução encontrada [pela ala civil] seria assumir a liderança efectiva das forças armadas.”⁴⁵

Daí, a decisão de fazer matar Filipe Magaia... E BLN não faz menos do que concluir, com base apenas no artigo de Muianga: “*De facto, o MRUPP não vingaria apenas por porque Magaia foi assassinado e imediatamente foi substituído por Samora Machel*” (p. 160). Ora, as fontes de B.T. Muianga são extremamente frágeis: um testemunho recolhido na Rodésia do Sul em 1978 sobre a existência do MRUPP⁴⁶; um testemunho, além disso indirecto, recolhido em Nairobi em 1982, sobre as circunstâncias da morte de Filipe Samuel Magaia⁴⁷. E é tudo. Sobre questões (e acusações) tão graves, está-se aqui no cume da imprudência metodológica.

Em primeiro lugar, a lista dos “dirigentes” do dito MRUPP é inverosímil – nela só falta Uria Simango⁴⁸ – e cheira muito a reconstituição *a posteriori*⁴⁹. Ver numa mesma organização, supostamente ultra-clandestina e disciplinada – de resto mais um comité conspirativo –, pessoas com vivências, residências, trajectórias, tão diferentes como L. N’Kavandame, S. Dhlakama, ou F. Magaia, é altamente improvável. Em segundo lugar, ver a Segurança tanzaniana apoiar tecnicamente uma fracção secreta contra Mondlane⁵⁰, enquanto que ela organizou metódicamente a eleição deste último para a cúpula da Frelimo e sempre o apoiou aquando das crises consecutivas (1962-1965), é incompreensível.

No entanto, é verdade que havia lutas no seio do poder tanzaniano, e delas até falaram em 1969 como uma das causas que enfraqueceram a protecção de Eduardo Mondlane e favoreceram o seu assassinato. Por conseguinte, não é completamente impossível que

45 B.T. Muianga, “Sobre o assassinato de Filipe Samuel Magaia”, Savana, 6 de Outubro de 1995: 6. Estranhamente, nem na nota de roda-pé n.º 238, p. 157, citando este autor, nem na bibliografia final (p. 458), BLN dá o título do artigo. Que versão ele consultou?

46 Trata-se de Fabião Massavanhane.

47 Trata-se do representante da Frelimo em Songwa (Tanzania), Manuel Lisboa Tristão.

48 João M. Cabrita inclui U. Simango, como dirigente nacional do MRUPP (op. cit.: 47).

49 Não acuso ninguém de mentir: a reconstituição a posteriori pode ser feita de boa fé por uma testemunha, provavelmente distanciada do verdadeiro teatro dos acontecimentos e que ela própria é apenas uma fonte secundária. Não se sabe de nada, com efeito, dessa testemunha (Muianga nada diz a seu respeito e não se sabe se ela faz parte das fontes orais anónimas de BLN: foi um próximo de Magaia naqueles anos? Um guerrilheiro? Qual foi o seu percurso ulterior? Porque reside na Rodésia? Quais são os seus meios de subsistência?), nem condições da realização da entrevista (um Moçambicano residindo na Rodésia, sob Ian Smith, estava em condições de falar livremente, e pelo menos “historicamente”, em 1978, da história da Frelimo?).

50 Acutelemo-nos com efeito de refazer a história em função do que se produziu depois: naquele momento (1963-1965), não se trata de lutar contra Samora Machel, mas contra o próprio Eduardo Mondlane.

um sector da Segurança tanzaniana tenha *imaginado* criar uma fracção secreta no seio da Frelimo, a que teria dado o “nome de código” de MRUPP (explicando-se assim o uso do inglês) e que tenha *pensado* numa lista de pessoas a *recrutar* (a saber os “dirigentes” citados por Muianga com base em testemunho indirecto de Massavanhane). Também é possível (as datas concordariam) que se trate duma designação anglófona do Coseru, a saber o *Comité secreto de reorganização da Udenamo*, um dos múltiplos pequenos grupos, até mesmo simples “siglas”, criados depois de 1962 por Adelino Gwambe que, na sua confusão, podia ter tecido laços com o dito sector da Segurança tanzaniana⁵¹.

Mas fica-se aqui sempre numa versão conspiratória, senão policial, da história, que não fornece nenhuma explicação satisfatória das tensões entre a base guerrilheira e a elite política. Este tipo de tensão é muito clássico em todos os movimentos de guerrilha e político-militares⁵², e importa fazer a sua história social e política: a multiplicação das “histórias de vida” por recolher junto dos antigos combatentes, sejam quais forem as suas actuais filiações partidárias, poderia permitir fazer a aproximação dessa história e recortar minuciosamente as fontes. De resto, após ter descrito a existência do MRUPP, BLN nada mais diz a seu respeito: nem quando teria sido criado, nem o que teria feito... Outro espanto: a morte de Filipe Magaia, que é contada no artigo de Muianga⁵³ não o é na obra de BLN. Mais exactamente, dela só se apanha fragmentos somente através da exposição sobre a tentativa de Uria Simango de instalar uma comissão de inquérito, portanto enquanto um elemento de polémica Mondlane/Simango, mas sem uma tentativa minuciosa de reconstituição dos factos. Mondlane teria imediatamente proposto substituir Magaia por Machel (p. 160⁵⁴), ao que Simango teria contraproposto sugerindo que a direcção do DSD fosse interinamente assumida directamente pela Presidência, enquanto se esperava pela próxima reunião do Comité central:

“Perante os rumores que já pairavam sobre as circunstâncias da morte do comandante, contra a informação inicialmente veiculada pela Frelimo em Dar es-Salaam, Mondlane decide-se por contar a verdade a Simango e informa-o de que Magaia havia sido assassinado e não morto em combate como se estava anunciando. O assassino, Lourenço Matola, já estava preso para que fosse o próprio povo moçambicano a julgá-lo depois de alcançada a independência do país! Aparentemente, Simango concordou” (p. 160⁵⁵).

Mas como, portanto, morreu F. Magaia ? Os factos “brutos”, além de algumas matizes, parecem não muito contestados, e são contados por Muianga:

“... Magaia parte de Songwea em direcção ao rio Rovuma no dia 9 de Outubro de 1966. Dois dias depois, já no Niassa, e quando se havia posto o sol, Magaia decide interromper a marcha na zona de Caluloma. Por uma simples questão de segurança, e tal como vinha fazendo desde o início da marcha, Magaia utiliza a sua lanterna pessoal para alertar os combatentes na dianteira da coluna de que deviam parar.

51 É mesmo possível que Coseru (para Gwambe) e MRUPP (para um sector da Segurança tanzaniana, seja uma única e mesma coisa, e mais exactamente, um único e mesmo projecto, com a mesma lista de pessoas previstas para nele entrar.

52 Há o mesmo tipo de tensões como uma das causas da morte de Amílcar Cabral ; muitos dirigentes militares do Partido comunista francês durante a Resistência foram em seguida marginalizados pelos estalinistas de regresso de Moscovo, até mesmo mortos, etc.

53 B.T.Muianga, “Sobre o assassinato...”, op. cit.

54 Não há menção da fonte, a não ser “AS” (citado ulteriormente, na nota 244).

55 Fonte mencionada: “AS”, Maputo, 20 de Março de 1997, entrevista com o autor. Não se sabe se é uma testemunha directa, ou se continua a repercutir o que Fernando Mungaka lhe tinha dito anteriormente.

Colocada à altura da cintura, a lanterna foi ligada e desligada intermitentemente. Próximo de Magaia, encontrava-se Lourenço Matola, que, ao notar o acender e apagar da lanterna, dispara à queima-roupa na direcção da luz. O tiro de pistola atingiu a fivela metálica do cinto de Magaia, perfurando-a, indo depois alojar-se no baixo ventre do comandante da guerrilha.”⁵⁶

Uma outra versão circulou, segundo a qual o mesmo Matola teria acidentalmente deflagrado uma granada. Pouco importa. Mas a derrapagem na narrativa aparece muito rapidamente⁵⁷. Com efeito, Lourenço Matola “*acabou por confessar que fora ele quem disparara de acordo com instruções recebidas em Nachingweia*”. Mas de onde vem a importantíssima informação de que L. Matola teria confessado a identidade do seu comandatário? A quem exactamente ele teria dito isso? Nem Muianga, nem BLN o indicam. Ao Casal Ribeiro que toma o comando da coluna? Este último, ainda que estivesse distante a centenas de metros, não precisa de confissões, pois o seu mini-inquérito imediato explicou-lhe o que se passou. João M. Cabrita indica que foi a Manuel Lisboa Tristão, representante da Frelimo em Songwea (para onde a coluna voltou de seguida à morte de Magaia), e que L. Matola teria agido com a cumplicidade de pelo menos duas outras pessoas⁵⁸.

Nada de tudo isso é impossível, mas uma convicção não faz um acontecimento comprovado. Portanto, a única fonte é M. Lisboa Tristão, exilado no Quênia há muitos anos, na sequência da sua dissidência da Frelimo – não tendo admitido a nomeação de S. Machel para a direcção do DSD que, hierarquicamente, devia caber a Raúl Casal Ribeiro. O próprio Lourenço Matola, residente no mesmo país (Quênia), nunca portanto foi directamente ouvido. Ora, tudo isso é realmente muito espantoso...

Supor que um sector da direcção dum frente de libertação (com ou sem a cumplicidade do seu Presidente) tenha planificado o assassinato do comandante-em-chefe da sua guerrilha não tem nada de metodologicamente inadmissível – infelizmente há outros exemplos! Mas então é preciso tirar consequências disso: isso significa um grau de criminalização da dita direcção de tal modo avançado que esta direcção terá evidentemente decidido fazer também desaparecer os... executantes⁵⁹. É praticamente *impossível* que a dita direcção tivesse deixado vivo Lourenço Matola se ele tivesse agido sob ordem⁶⁰! Enfim, isso significa que o próprio Eduardo Mondlane, informado acerca da conspiração, ou dela fazia parte desde o início (o que nenhum autor afirma) ou dela tomou consciência mas não fez absolutamente nada e mesmo assim nomeou Machel em nome da changaneidade⁶¹? Supondo a pertinência desta hipótese sobre a “etnocriminalização” do pró-

56 B.T.Muianga, “Sobre o assassinato...”, op. cit.

57 Note-se que, na sua obra citada no início deste artigo, João M. Cabrita retoma exactamente as mesmas teses, com as mesmas fontes frágeis (cf. pp. 46 – 50).

58 Não se vê muito bem a utilidade desta cumplicidade para este tipo de assassinato: em geral, quanto menos gente estiver informada, melhor é para o comandatário! J. M. Cabrita (op. cit.: 47 – 48), diversas entrevistas ou correspondências com M. Lisboa Tristão, estabelecido no Quênia, entre 1982 e 1989, na sequência da sua dissidência da Frelimo.

59 Lembremo-nos que, aquando do assassinato do Presidente americano Kennedy, o seu assassino foi imediatamente... assassinado, e o assassino do assassinado foi igualmente assassinado!

60 Lourenço Matola morreu na sequência dum acidente de circulação em Nairobi – o que pode sempre levantar uma suspeita – mas somente em 1991! A Renamo teria tido o tempo de o recrutar, ou o Snap de o liquidar. E supondo (hipótese altamente improvável) que o comandatário do assassinado de F.S. Magaia tenha decidido deixar L. Matola vivo, ele tê-lo-ia então fortemente enquadrado, empregando-o por exemplo nos serviços especiais ou fazendo-lhe praticar outros trabalhos sujos para o “segurar”. Ora, L. Matola foi rapidamente solto e continuou uma vida civil normal.

61 É o que Muianga sugere: Casal Ribeiro, “[na] sua oração fúnebre, relata pormenorizadamente como havia morrido o chefe do DDS. Mondlane é descrito como tendo ficado chocado com o que acabara de ouvir, pois não imaginava que o consentimento dado para se afastar Magaia da direcção do DDS significasse eliminá-lo fisicamente. Todavia, Mondlane cumpriu o que já vinha delineado de Dar es-Salaam [e] informa aos presentes que Samora Machel passaria a chefiar o DDS”.

prio Mondlane, ele teria feito tudo no sentido de liquidar L. Matola, e não para o soltar ! Mas reconhecamo-lo: eu também não tenho fonte para sustentar o meu raciocínio. Pelo menos, tento ser coerente.

De facto, não se sabe exactamente o que E. Mondlane diz a U. Simango, a propósito da morte de F. Magaia. No entanto uma coisa é certa: oficialmente, a Frelimo anuncia que Magaia morreu em combate. Mas isso releva da evidência: nas condições duma guerrilha, uma frente de libertação nunca ia admitir que o seu comandante-em-chefe foi morto na sequência duma gafe estúpida⁶² dum dos seus homens! De resto, Magaia foi sim morto *em serviço e ao serviço do combate*. Mais uma vez, numa organização onde não reinava nenhuma democracia, a distância entre a versão oficial e o facto bruto, trágico, lamentável que acaba por se saber, leva a todas as especulações. O secretismo produzido pela própria estrutura ditatorial da Frente, agrava o fenómeno do rumor. Mesmo assim, devemos, nós outros historiadores, deduzir do facto que a versão oficial é falsa para concluir logo que Magaia foi assassinado pelo comando de Nachingweia ?

BLN interpreta do mesmo modo, subjectivamente, o que Mondlane, vimos, teria dito a Simango, a saber que *“Magaia havia sido assassinado e não morto em combate como se estava anunciando. O assassino [era] Lourenço Matola”*. Literalmente, esta frase pode ser justa, mas se vê bem que *o que Mondlane admite, é que Magaia não morreu em combate: ele morreu pela mão de um dos seus homens. Em seguida, foi “morto” ou foi “assassinado” ?* BLN escreve “assassinado”, mas isso nem sequer está dentro da citação da única e indirecta testemunha (Lisboa Tristão), mas no corpo do seu texto: é a *convicção* de BLN, não são as fontes⁶³.

Quanto à soltura rápida de Lourenço Matola, por estranho que pareça, BLN dá ele próprio a explicação do facto: não só o drama se tinha passado fora da Tanzania, como também ninguém apresentou uma queixa (p. 161). Formada à maneira inglesa, a polícia tanzaniana só podia soltá-lo. Portanto, na página seguinte, BLN escreve, citando uma fonte anónima, que Matola foi solto *“a pedido da Frelimo”*⁶⁴. Ora, interpretação por interpretação, uma outra hipótese é plausível: a morte de Magaia estando a dever-se a um acidente trágico, a direcção da Frelimo efectivamente faz tudo para evitar um processo que, nas condições da guerrilha, provocaria inevitavelmente rumores e divisões perigosas. Pode-se pensar que esta escolha foi muito má, e que um processo justo sob a responsabilidade da justiça

62 Uma palavra sobre pormenores realmente muito precisos dados por Muianga: enquanto que a fonte é indirecta (M. Lisboa Tristão), como se é realmente tão seguro da posição física de Matola em relação a Magaia, tanto mais que era noite ? Estava ele “próximo” ou “junto” ? A narrativa de Muianga diz as duas coisas na mesma frase para o mesmo instante e o mesmo homem: “Próximo de Magaia, encontrava-se Matola que [...] dispara à queima-roupa na direcção da luz” [sublinhado por mim]. A interpretação subjectiva dum dado está aqui evidente na narrativa.

63 Uma outra convicção, ou reconstrução ulterior da história, está patente quando Muianga, citando provavelmente duma forma indirecta Lisboa Tristão, diz, a propósito dos dois emissários enviados à frente da coluna por Casal Ribeiro para avisar a Frelimo em Songwea: “Os emissários, ao se avistarem com Tristão, informaram-no de que Magaia havia morrido numa emboscada montada pelo exército colonial. Os dois revelam assim, estarem envolvidos na conspiração, embora disso não se aperceba de imediato, Lisboa Tristão. Este comunica o acontecido a Dar es-Salaam” [sublinhado por mim]. Vê-se portanto que é somente mais tarde, enquanto que os rumores já correm (antes, ou depois da sua dissidência da Frelimo ?), que, Lisboa Tristão deduz que houve conspiração: ora, a atitude dos dois enviados pode ser interpretada duma maneira diferente. Eles, sem dúvidas, obedeceram simplesmente a Casal Ribeiro, que, sabendo que haveria inquérito oficial, dá-lhes ordem de transmitir uma “versão provisória”. Não se percebe o interesse que os dois emissários teriam em dar uma versão falsa do seu próprio facto, enquanto o novo chefe da coluna e adjunto de Magaia na direcção do DSD, Casal Ribeiro, chegaria algumas horas mais tarde e falaria ao mesmo L. Tristão... Casal Ribeiro, uma vez chegado, Lisboa Tristão, ou então recebe igualmente deste último apenas a versão falsa (mas então ele também faz parte da conspiração ?) ou então é informado confidencialmente do acidente: neste caso, ele não tem que se espantar pelo facto de que os emissários tenham transmitido a versão falsa pois ele sabe que eles agiram sob as ordens de Casal Ribeiro: portanto é muito mais tarde (e não somente “não de imediato”) que ele constrói outras deduções.

64 Fonte mencionada: “MM” anónimo, entrevista com o autor a 15 de Março de 1997 em Maputo.

tanzaniana teria, pelo contrário, feito calar os rumores, mas a natureza não democrática da direcção da Frelimo explica muito bem a sua possível reacção.

Toda a lógica tem a sua coerência *sui generis*: Magaia assassinado, todos os militantes e guerrilheiros da sua sensibilidade (porque não da sua etnicidade, ele é ronga !) que perdem a vida são suspeitos de ter sido, por sua vez, assassinados. É o grande plano “sulista-comunista”. Que tenha havido ajuste de contas sangrentos no seio da Frelimo, ninguém pode seriamente negá-lo. Certas mortes são certamente duvidosas, até mesmo criminosas (o crime não vindo necessariamente da direcção central, mas também de abusos de comandantes locais). Todavia, é preciso demonstrá-lo: obviamente não é fácil. Enquanto se tiver dúvidas, ou mesmo convicções, fundadas em fontes insuficientes, deve-se continuar a considerar um “facto” como hipótese. Ora, BLN cita certas disparições de militantes que lhe parecem como sinais de purificação sangrenta em curso no seio da Frelimo: Barnabé Thawè, Rui Vilanamuali, Agostinho Mbaui e “*muitos outros*” (p. 163). Mas, uma vez mais, o seu método demonstrativo peca:

“Rui Vilanamulai e Agostinho Mbaui ambos naturais da Zambézia, foram *alegadamente executados*. A par *dessas execuções*, os postos por eles vagos foram sendo ocupados por pessoas ligadas a ala regionalista do sul. [...] No início de 1968, Lino Abrão, um comandante militar oriundo da Zambézia, que era tido como o que mais abertamente acusava e condenava o assassinato de Magaia, foi preso e conduzido a Cabo Delgado de onde se reportou que foi executado. Pelo mesmo motivo, Luís Njanje [...] que era secretário de Magaia, foi conduzido ao primeiro sector da base Beira onde, igualmente, se *reportou que foi executado*. Frente a tanto crime e suspeitas, alguns [...] dirigiam-se a Simango para dele encontrar protecção...” (sublinhado por mim, p. 163-164, não há fonte mencionada).

Vê-se, assassinatos *possíveis* tornam-se, na frase a seguir, factos *provados*, etc. Além disso, o contexto não é reconstituído: a guerra matava muito mais guerrilheiros do que soldados do exército colonial. Guerrilheiros morriam todos os dias. Provavelmente é possível fazer uma longa lista dos guerrilheiros e comandantes de base “oriundos do Sul”, que foram mortos no mesmo período. Fazer uma lista de comandantes “oriundos do Centro ou do Norte” que morrem nesse período não tem significação em si mesmo. Seria preciso outras fontes que infelizmente ainda não temos – o que exigiria particularmente a abertura completa dos arquivos do partido Frelimo e dos arquivos privados de Eduardo Mondlane. Enfim, sem dar à Pide e à APSIC (serviços de Acção psicológica) mais importância e sucesso do que tiveram, é preciso não subestimar o seu “trabalho”: cada vez que um guerrilheiro dum certa importância morria, os serviços portugueses espalhavam o boato que ele tinha sido assassinado por uma facção da Frelimo que procurava eliminar a outra. O próprio BLN di-lo mas, uma vez mais, sem distância crítica:

“Segundo relatos de muitos entrevistados, quando os relatórios do DD⁶⁵ atribuíam a morte de um certo combatente sonante a confronto com o exército português, [cedo], o conteúdo desses relatórios era desmentido por fontes vindas do terreno. Tratava-se, na verdade, de assassinatos premeditados que, relatados de boca a boca,

65 DD: Departamento da Defesa, dirigido por Samora Machel, nomeado por Eduardo Mondlane depois da morte de F. Magaia. O antigo DSD (Departamento de segurança e Defesa) tinha sido separado em dois, por um lado o DD e por outro o DS (Departamento de Segurança) sob a direcção de Joaquim Chissano. Estes últimos, inegavelmente “do Sul”, em virtude das suas novas responsabilidades, entraram portanto para o Comité central antes mesmo que fossem eleitos por um congresso da Frelimo.

causavam um mal-estar nos combatentes e nas próprias populações.” [sublinhado por mim] (p. 167)

Isso poderia ser verdadeiro ou falso: mas nada do que a *convicção* de BLN nos diz permite ir num ou noutro sentido. Quanto às substituições frequentes de quadros “do Centro ou do Norte” por outros “do Sul”, isso podia efectivamente ser fruto do habitus, até mesmo da arrogância, étnicos sulistas (sem que no entanto se tratasse duma política deliberada), mas também pelo facto, já assinalado, de que houve efectivamente, particularmente no que se refere aos níveis intermediários (pessoas tendo frequentado alguns anos do ensino secundário), uma entrada massiva de gente do Sul na Frelimo depois da criação desta última, enquanto os grupos anteriores presentes em Dar es-Salaam eram mais do Centro e do Norte. Portanto, o “peso demográfico” do Sul nos escalões intermediários do comando cresceu no seio da Frelimo durante os anos 1960, fora de qualquer manobra. Estas reflexões não invalidam um facto histórico: houve efectivamente o despontar, e depois a tomada de poder, no seio da Frelimo, duma “movimentação”⁶⁶ político-militar anti-étnica, anti-tradicional e modernista, paternalista e ultra-autoritária, “nacionista”⁶⁷ e de tipo jacobino, mas não unicamente oriunda do Sul, que legitimava a sua acção por um discurso marxizante e estalinizado⁶⁸. Acerca deste ponto, junto-me a BLN quanto ao estado de facto, mas dele não tenho a mesma leitura: não se tratou tanto de infiltração de agentes comunistas (estalinianos) e sulistas no seio da Frente, mas de resultado dum processo de “radicalização modernista”. Por um lado, é a própria guerra popular que fez emergir, e deu uma importância crescente, aos político-militares – de que aliás Filipe Magaia *socialmente* fazia parte –, mas por outro lado, é efectivamente a pré-existência de concepções não democráticas de direcção do movimento, e da aceitação do paradigma colonial de construção da “nação” por modernização autoritária⁶⁹, que fez dela um fenómeno de poder. Não se trata de simples “fraccionismos de políticos” (mesmo se eles existem também), mas de fenómenos que devem ser analisados do ponto de vista da *sociologia política*.

Dizer isso não é negar em bloco as hipóteses de BLN: numa organização político-militar sem nenhuma tradição democrática (em particular nos diferentes escalões da sua direcção), não há nenhuma maneira de gerir sensatamente as inevitáveis divergências, de fazer inquéritos independentes das facções em presença sobre tal ou tal abuso, de corrigir suficientemente os fenómenos clássicos de prepotência de comandantes que constatavam com prazer que a posse de armas dava um grande poder, de combater as arrogâncias étnicas vindas do passado africano ou colonial ou produzidas pelo próprio desenrolar da guerra de libertação de que não se deve esquecer que era também uma guerra civil, etc. A tomada do poder pelos político-militares a partir de 1966 provocou “ajustamen-

66 O termo “movimentação” sem dúvida convém melhor do que “facção”, “fracção” ou mesmo “sensibilidade”, porque se trata não apenas de pessoas partilhando grosso modo das mesmas concepções, mas também de produto duma vivência social e psicológica durante a própria luta de libertação. Trata-se quase dum estrato social.

67 “Nacionista” e não nacionalista, no sentido de que não exprime politicamente uma nação oprimida já existente, mas sim um projecto e desejo de criação rápida duma nação sui generis a impor às antigas nações (ou etnias) africanas no espaço de pertinência colonial que é “Moçambique”. Acerca deste ponto, cf. M. Cahen, “Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional?..”, op. cit.

68 Para uma história social e política do marxismo no seio da Frelimo, ver a tese de Luís Cequeira de Brito, *Le Frelimo et la construction de l'État national au Mozambique. Le sens de la référence au marxisme (1962 – 1983)*, tese de sociologia sob a direcção de Pierre-Philippe Rey, Paris, Universidade de Paris VIII, 1991, 350 p. multigr.

69 Quer dizer a nação, no singular e assimilada em bloco a “Moçambique” (e particularmente ao seu protótipo moderno que é a capital) e não a lenta identificação das nações existentes no seio do “espaço Moçambique” a uma República garantindo o progresso, como nação das nações em Moçambique.

tos” disciplinares no seio da estrutura da guerrilha, inclusive ajustes de contas e crimes, cometidos nas piores condições da guerra⁷⁰ e da ausência de vontade democrática, sem auscultação suficiente da base ; os fenómenos massivos de deserções de combatentes e de populações, particularmente no Niassa, estão amplamente documentados, bem como a crise do Instituto de Moçambique em Dar es-Salaam (p. 166-191⁷¹).

O II congresso da Frelimo (1968)

Há consenso para reconhecer que o segundo congresso da Frelimo marca uma etapa muito importante na história da Frente e, particularmente a vitória definitiva dos político-militares. O congresso foi preparado enquanto se aguçava a crise entre a direcção provincial de Cabo Delgado, dirigida por Lázaro N’kavandame, e a estrutura militar da Frente, crise cuja história detalhada fica por estudar. Sabe-se, uma parte pelo menos da Frelimo de Cabo Delgado (em particular a sua componente civil dirigida pelos famosos *chairmen*) decidiu boicotar o congresso, considerando que este, realizando-se numa região muito isolada do Niassa, não reunia as condições da sua segurança e que eles corriam o risco de serem fisicamente eliminados. Inversamente, um congresso realizando-se em Cabo Delgado facilmente asseguraria a sua vitória. O que é certo, é que Cabo Delgado era a província onde a luta armada estava mais avançada, mas foi a província que enviou o número mais fraco de delegados ao congresso. O processo de designação dos delegados ao congresso não é, pelo que sei, explicado em nenhuma parte. Tudo deixa pensar que foi largamente fruto de dosagens e designações decididas pela direcção.

Contudo, no capítulo 5 (“O II congresso e o agudizar do conflito”: 193-265), BLN admite imediatamente que a preparação do congresso foi feita através de numerosas eliminações físicas: “... através de eliminações físicas atrás referidas, a estratégia da ala regionalista viria a ser compensada por via do II Congresso” (p. 193). Segundo uma fonte anónima, a organização do congresso no Niassa

“escondia o medo de confrontar-se com os *chairmen* que estavam dispostos a usar a ocasião para atacar o grupo de Mondlane pelos desmandos que perpetrava em Cabo Delgado. A matança indiscriminada de combatentes enfurecia-os e pretendiam servir-se do Congresso para apresentar os factos pormenorizadamente, apontando com os dedos os infractores, e exigindo que estes indicassem quais os mandantes de todas as atrocidades.” (p. 195)

Segundo uma outra testemunha, igualmente anónima,

“Havia muitos combatentes [em Cabo Delgado] bem armados, que eram contra os assassinatos e a favor de Nkavandame e dos *chairmen* que protestavam contra os crimes que se cometiam” (p. 197).

Enfim, segundo o próprio BLN, Uria Simango

70 ... particularmente uma real recuperação, pelas forças coloniais portuguesas, de posições perdidas antes de 1968.

71 Faço a escolha de não me alongar nestas linhas, mas uma crítica sobre o manuseamento imprudente de fontes frágeis poderia igualmente ser feita a propósito da maneira como BLN conta a crise do Instituto de Moçambique e a sua gestão por Janet Mondlane.

“confirmaria mais tarde em entrevista, na cidade da Beira, que a forma encontrada para impedir a chegada da parte dos seus apoiantes ao Congresso, foi a usual: intimidações e eliminações físicas.” (p. 199)

Não insistirei mais: mas todos os problemas metodológicos evocados anteriormente encontram-se neste uso em sentido único de fontes orais frágeis e não contextualizadas. Todavia há um ponto de história que fica por investigar: o lugar real dos *chairmen* (dirigentes civis) e outros *Baraza la Wazee* (conselhos de Anciãos) na guerrilha em Cabo Delgado. Estes últimos teria supostamente apoiado Lázaro N’kavandame na sua oposição crescente a E. Mondlane⁷² e os meus trabalhos pessoais no seio dos arquivos da Pide parecem confirmá-lo. Todavia, só nos podemos admirar do desbaratamento total e imediato destas estruturas, pelo menos enquanto poder político, na sequência da deserção de N’kavandame em Março de 1969. Se estas estruturas eram realmente importantes (em particular os *chairmen*), elas teriam perfeitamente perdurado enquanto estruturas, mesmo com a mudança de seus “titulares”.

Em contrapartida, BLN traz dados preciosos acerca do próprio congresso, e em particular sobre o facto de que Uria Simango nele foi candidato⁷³ contra Eduardo Mondlane, este último tendo ganho apenas por dois votos dos 150, em votação secreta⁷⁴. Tendo em conta o cuidado tido na constituição das delegações, este resultado era notável e significa... que pelo menos uma parte de pessoas “oriundas do Sul” votaram contra Mondlane. BLN avança em seguida uma hipótese muito importante. De facto, Eduardo Mondlane teria ficado surpreendido pelo resultado e teria então tomado consciência que a sua visão dos acontecimentos no seio da Frelimo não correspondia forçosamente à realidade, e que os seus melhores amigos não lhe comunicavam forçosamente as informações necessárias:

“o seu grupo não lhe havia prestado informações correctas sobre o que se passava no terreno. Se pretendia continuar a dirigir a organização dentro de um clima harmonioso com seu parceiro [i.e. Simango], aquele que Machel, dos Santos, Chissano e outros seus pares alegavam não possuir apoio no seio dos combatentes, devia iniciar, desde aquele momento, uma viragem nos seus procedimentos. Para tal, estrategicamente, começa a pensar em distanciar-se do seu grupo e iniciar nova vida com seu parceiro na presidência da organização” (p. 201).

Esta hipótese mereceria ser sustentada por numerosas entrevistas (e naturalmente pela abertura dos arquivos privados de Mondlane) mas ela é coerente com os grandes esforços feitos por E. Mondlane, por outro lado pressionado por Julius Nyerere, durante os últimos dias da sua vida para chegar a uma plataforma de entendimento tanto com L. N’kavandame como com Uria Simango. Por outro lado, os resultados do II congresso não eram aceite por todos, que se tratasse de L. N’kavandame e seus *chairmen* ou dos estudantes mobilizados pelo Padre Mateus Gwengere. É nestas condições que a Tanzânia fechou a sua fronteira sul (Dezembro de 1968), com o receio de incidentes violen-

72 ... mesmo se os motivos dessa oposição são discutidos: protesto contra os “assassinatos” perpetrados pela hierarquia militar da Frelimo, ou descontentamento em relação às limitações no comércio de e para a Tanzânia, de que largamente viviam? Estes dois motivos não são forçosamente contraditórios.

73 É a última vez em que, aquando dum congresso da Frelimo, houve mais de um candidato para a presidência.

74 Nem a votação secreta, nem a pluralidade dos candidatos, parecem ter decididos no início pelos organizadores do congresso que previam apenas perguntar se Mondlane devia continuar ou não presidente; foi-lhes pedido por Simango no próprio momento em que anunciou a sua candidatura, em presença dos convidados estrangeiros ao congresso (p. 202).

tos em Cabo Delgado, e que Paulo Samuel Kankhomba, dirigente militar foi morto por militantes da Frelimo *Youth League* partidários de N’kavandame, a 22 de Dezembro de 1968. Poucos dias depois (27-28 de Dezembro), por causa da acção da polícia tanzaniana, falhou uma tentativa de reunir um congresso extraordinário da Frelimo em Mzimbazi Hall, convocado pelos dissidentes para 3 de Janeiro de 1969, cujos delegados começavam a chegar. A responsabilidade, pelo menos indirecta, de L. N’Kavandame estando estabelecida nos incidentes que levaram à morte de P. Samuel Kankhomba, ele (L. N’Kavandame) foi expulso da Frelimo a 10 de Janeiro de 1969.

Nesta crise, Uria Simango tinha ficado cuidadosamente neutro, sem dúvida na esperança de poder constituir uma possibilidade de reconciliação em volta da sua pessoa. Ele tinha participado na crítica às actividades comerciais de Lázaro N’kavandame, mas não tinha apoiado Mondlane aquando da reunião muito tensa de M’twara, organizada pela TANU em Agosto de 1968 para tentar reconciliar N’Kavandame e Mondlane. Todavia, as razões do descontentamento de L. N’Kavandame, enraizado na sua província, só tocavam em parte aquelas de U. Simango, mais viradas para o funcionamento geral da Frente. Aliás, é em relação a uma crise “local” – a morte de P. S. Kankomba – e, enquanto ele ia ser preso pela polícia tanzaniana, que N’Kavandame se rende aos Portugueses (17 de Maio), destruindo por isso mesmo toda a sua implantação no país maconde⁷⁵. Duma certa maneira, isso podia facilitar uma reconciliação entre E. Mondlane e U. Simango: o primeiro precisava do apoio dos “político-militares” contra N’Kavandame, mas uma vez este problema resolvido, a aliança com U. Simango podia lhe dar novamente uma autonomia face aos mesmos “político-militares” cujos limites ele tinha visto aquando do II congresso. É a hipótese claramente avançada por BLN:

“Agora mais do que nunca, Mondlane sentia-se encorajado a avançar para uma remodelação das pedras do xadrez político e militar da organização. [...] Na eventualidade de se desfazer do seu grupo de apoiantes [i.e. os “político-militares”], Mondlane estaria em pé de igualdade em relação a Simango dado que este havia perdido uma considerável franja de aderentes.” (p. 208)

De resto, seria a própria aproximação entre Simango e Mondlane que teria puxado N’Kavandame, permanecido na Tanzania ainda que expulso da Frelimo desde o início de Janeiro, a se render aos Portugueses, considerando-se traído (p. 208)⁷⁶. Se se segue BLN, na sequência do meio falhanço do II congresso de Junho de 1968, esboçava-se nos finais de 1968/inícios de 1969 uma recomposição política da Frelimo, com uma aliança dos sectores “civis modernos”, não forçosamente contra, mas contrabalançando, o poder dos militares, os “civis tradicionais” tendo sido definitivamente derrotados.

Ainda que exprimindo assim esta hipótese, gostaria no entanto de a precisar e limitar o seu alcance: é certo que a profunda crise da Frelimo nos finais dos anos 1960 terá impor-

⁷⁵ Como a defecção de N’Kavandame tem lugar algumas semanas depois do assassinato de Eduardo Mondlane, a linha oficial defendeu sistematicamente a tese da sua implicação no atentado, sem sombra duma fonte. Por outro lado, a utilização de N’Kavandame pela APSIC portuguesa, nos dias e semanas que se seguiram à sua defecção, para tentar desestruturar a guerrilha no país maconde, foi um falhanço total. N’Kavandame perdeu toda a influência no próprio dia em que se rendeu aos Portugueses.

⁷⁶ Parece também que agentes ao serviço dos Portugueses lhe tenham feito ver uma “autonomia económica” para Cabo Delgado, de que teria sido o responsável. A manobra não era estúpida pois o que, no início, havia levado N’Kavandame para o anticolonialismo, era a impossibilidade encontrada de realizar em Moçambique, com os Portugueses, iniciativas económicas bem sucedidas no Tanganhica, sob os Ingleses. Em suma, Portugal propunha-lhe enfim realizar agora o seu sonho. Naturalmente, pura estratégia de recrutamento...

tantes conseqüências na sua abordagem das estruturas tradicionais, e em particular das chefaturas (*regulados*, *regedorias*, etc.), cujo poder era progressivamente suplantado pelos “comités populares” nas zonas libertadas. Isso não impedia a Frelimo de continuar a dar-lhes taticamente uma grande importância nas zonas onde ela começava a se implantar (Tete, depois Manica e Sofala). Mas, sobretudo a crise com N’Kavandame só era secundariamente uma crise com estes sectores tradicionais – de resto historicamente muito fracas na sociedade maconde, praticamente acéfala. Parece que estes sectores estavam mais do lado de N’Kavandame, mas este último não era ele próprio nenhum notável tradicional: era um empresário sem dúvida pouco alfabetizado, mas completamente moderno, um *big man* do tipo desses empresários africanos que o capitalismo colonial britânico produzia.

Portanto, tratava-se de facto de *duas trajectórias sociais da modernidade*, com, por um lado, estratos sociais médios e urbanos cujos empregos eram muitas vezes assalariados no sector terciário e, por outro lado, o despontar muito pequeno dum empresariado moçambicano. Poder-se-ia dizer abruptamente que se tratava duma confrontação entre dois sectores *diferentemente pequeno-burgueses*... Ora se se der importância a esta visão das coisas, Uria Simango estava claramente no mesmo tipo de trajectórias sociais que Eduardo Mondlane ou mesmo Samora Machel. Não se tratava, por um lado, de uma “linha burguesa” e, por outro, de uma “linha revolucionária”. Aliás, relativamente ao “pro-comunismo”, é bom não esquecer que o próprio Uria Simango, nesta época, dizia-se próximo de Mao-Tse Tung e não há razão de tomar isso com menos seriedade do que o “pro-sovietismo” dum Marcelino dos Santos⁷⁷... Vê-se, não há uma “crise simples” no seio da Frelimo, mas tensões na encruzilhada de numerosos factores de heterogeneidade, sem possibilidade de regulação democrática.

Eduardo Mondlane teria portanto alimentado o projecto de reduzir o peso político de Marcelino dos Santos e Samora Machel. Apoiando esta hipótese, há efectivamente o facto de que em Setembro de 1968, o Comité central pôs o primeiro à frente dum departamento político servindo mais ou menos de gabinete de estudos, enquanto que o estratégico departamento de Relações exteriores era tomado por Uria Simango e Miguel Murrupa. Mais admirável, mas de fonte frágil (*cf. infra*), Mondlane teria demitido (ou procurado demitir) Samora Machel do DD, nomeando para o seu lugar Raúl Casal Ribeiro, então comissário político nacional e nº 2 na hierarquia do DD (p. 210). Toda a direcção deixaria Dar es-Salaam para se instalar em Nachingweia (p. 211). Enfim, último indício da “reconciliação” e da reequilíbrio político em curso, Mondlane e Simango partiram juntos, nos finais de Janeiro 1969, para diversas capitais africanas,

“deixando para o regresso a remodelação que se pretendia fazer nas esferas decisivas do movimento. Todavia, Mondlane não iria a tempo de pôr em prática o seu plano de purga. Morreria vítima de uma bomba armadilhada num livro nos princípios de Fevereiro de 1969.” (p. 213)

Isso permite tirar outras conclusões? Evidentemente não. Tanto mais que, assinalámo-lo, as fontes desta possível viragem política tentada por Eduardo Mondlane são

⁷⁷ Nem menos nem mais: trata-se dum interesse, duma atracção, em função de trajectória social e política dos interessados, o que não faz nem de um nem do outro partidários dum partido comunista moçambicano. A sua abordagem do marxismo continua instrumental e é absurdo qualificar Marcelino dos Santos de ter sido – ainda que fosse só por razões cronológicas – um fiel da “escola da Internacional comunista” (p. 212).

fracas: algumas decisões práticas (no que diz respeito a Marcelino dos Santos, particularmente), alguns possíveis pontos de acordo na crise (a expulsão de N’Kavandame, a 3 de Janeiro de 1969 na sequência das provas da sua culpabilidade), alguns gestos diplomáticos (a viagem comum com U. Simango) ; e enfim o testemunho decisivo de Z. Maurício, recolhido em Maputo por BLN em Junho de 2000 sobre a nova vontade política de Mondlane fortemente escaldado pelo II congresso. O problema, que não destroi este testemunho mas que implicaria cruzá-lo com outras fontes, é que Z. Maurício diz ele próprio ter estes dados “*da boca de Simango para mim*”: “*Não fui contado por uma terceira pessoa. Ouvi ele próprio*” (nota 370: 210-211). Trata-se portanto do ponto de vista de Simango, cuja recolha não está datada (antes ou depois da sua expulsão ?), contado por um dos seus amigos ou partidários.

A tomada do poder

Eduardo Mondlane assassinado a 3 de Fevereiro de 1969, os acontecimentos iam se acelerar no seio da Frelimo. Naturalmente, todos os dissidentes (N’Kavandame, Gwengere, Simango, etc.) foram de seguida acusados de ter conspirado para matar Mondlane. BLN reporta muito justamente o parecer de Lutero Simango (filho de Uria) sobre a incoerência da acusação, pelo menos no que diz respeito a Uria Simango, que não fez nada, nas semanas dramáticas seguintes, para tomar o poder enquanto que ele era vice-presidente, e aceitou a instalação dum triunvirato não previsto pelos estatutos e no seio do qual ele era minoritário (face a M. dos Santos e S. Machel): “*não faz sentido consumir o assassinato de um líder para depois não assumir o Poder*”⁷⁸. É evidente que uma violentíssima caça às bruxas foi então desencadeada pelos político-militares para assegurar definitivamente o seu poder. Assassínatos políticos direccionados, como aquele de Silvério Nungu, estão bastante amplamente documentados (mesmo se fica dúvida sobre as circunstâncias da sua morte)⁷⁹.

Contudo, o facto de constatar que a morte de Mondlane foi aproveitada pelos político-militares marxizantes para desencadear uma vigorosa ofensiva visando homogeneizar o bloco de poder no seio da Frelimo, não significa que o assassinato de Mondlane foi organizado afim de facilitar esta ofensiva. Aliás, BLN não o diz directamente, e ele diz claramente que a Pide é responsável pelo atentado. Fica a questão de possíveis cumplicidades internas. Uma tal hipótese é completamente admissível: é aliás o que se passará para o assassinato de Amílcar Cabral – morto pela Pide provavelmente para impedir a abertura de negociações entre o PAIGC e o general Spínola, comandante-em-chefe da Guiné⁸⁰ – mas utilizando muitas cumplicidades internas.

Impõe-se constatar que, até ao presente, nenhuma fonte fiável e confrontada, que eu saiba, veio tornar verosímil a tese de cumplicidades internas, do lado dos “político-militares”, na morte de Eduardo Mondlane. Aliás, há diversos pontos técnicos que permitem interpretações perigosas: a origem do livro armadilhado que matou Mondlane é às vezes apontada como sendo Praga (ou Genebra, etc.), um segundo embrulho armadilhado que devia matar M. dos Santos e descoberto dez dias depois tendo a mesma origem, mas um terceiro suposto matar U. Simango, então em Nachingweia, teria sido enviado de Dar es-

⁷⁸ Lutero Simango, Domingo (Maputo), n.º 601, 12 de Dezembro de 1993: 3, citado por BLN, p. 215.

⁷⁹ Silvério Nungu era secretário de Mondlane e responsável pela sua segurança. Mas um Joaquim Chissano, chefe do Departamento de segurança, não foi censurado, enquanto que ele deixava chegar o correio às mãos dos dirigentes sem verificação.

⁸⁰ O próprio Spínola nunca exprimiu a sombra duma dúvida sobre o comandatário do assassinato de Cabral: “Mataram-me o homem”, disse ele.

Salaam em Março⁸¹. De facto, a origem geográfica duma encomenda postal não permite nenhuma hipótese política. O que parece certo em contrapartida, é que, por tão incrível que pareça tão tarde como em 1969, o correio do Presidente da Frente não era inspeccionado por nenhum serviço de segurança. E disso, agentes infiltrados podiam saber⁸². Mas o facto de que, “imediatamente” após o atentado, Marcelino dos Santos, a sua esposa Pamela dos Santos, Joaquim Chissano, Raimundo Simango e Betty King tenham sido interpelados pela polícia tanzaniana, também não é um indício da sua culpabilidade: a polícia tanzaniana se certifica evidentemente dos *possíveis* suspeitos.

De facto, e salvo erro da minha parte, não se sabe quem matou Eduardo Mondlane. No plano técnico, o nome de Casimiro Monteiro, um Goês, aceite por Salazar como figura do “bandido-herói”, perito em explosivos, em serviço em Lourenço Marques desde 1965, foi avançado várias vezes⁸³. E isso foi mesmo expressamente confirmado por Rosa Casaco e Óscar Cardoso, dois altos inspectores da DGS ainda em vida⁸⁴. Isso não é muito importante: mas também não é António Vaz, dirigente da Pide em Lourenço Marques, que podia tomar uma tal decisão. Este nível de importância tinha a ver directamente com a Pide de Lisboa, dirigida por Silva País e Barbieri Cardoso. A Pide não procurava sistematicamente matar os dirigentes das frentes anticolonialistas radicados no exterior – liquidações que eram fontes de incidentes diplomáticos⁸⁵ –, e os seus motivos de ir mais longe eram muito políticos.

Qual era o grau de conhecimento da crise interna da Frelimo por parte da Pide? Pode-se dizer que o seu conhecimento era muito heterogéneo, mas de fraca capacidade política, alinhando os dirigentes segundo as suas facções “prosoviética” ou “prochinesa”, etc.⁸⁶ Contudo, ela tinha bem percebido a subida em força da nova geração político-militar, mais marxista e, para ela, completamente “comunista”. Ora, é preciso compreender bem que a luta conta o “comunismo” era muito legitimante para o regime salazarista em geral e a Pide em particular. O comunismo era o inimigo normal, tradicional, funcional. Para um ultranacionalista como Barbieri Cardoso, havia, portanto, muito pior do que o comunista: era o traidor, quer dizer o “Americano”. Para a Pide, não havia nada pior do que frentes anticolonialistas levando a cabo a luta armada mas politicamente moderados e possivelmente abertos à negociação. Por conseguinte, a hipótese

81 João M. Cabrita avança esta tese (op. cit.: 58) enquanto BLN traz uma diferença: teria havido apenas dois embrulhos, o segundo sendo destinado a Uria Simango, mas a ala sulista fez com que se falasse dum pacote destinado a M. dos Santos, daí a circulação de “duas” notícias diferentes (p. 215 – 216 e 219).

82 Esta circunstância pode ter ditado a escolha da técnica do embrulho armadilhado. Aliás, a Pide tinha arquitetado outra hipóteses “técnicas” para matar Mondlane. Isso não autoriza a reproduzir sem distância o testemunho de Raimundo Simango, sobre a casa/restaurante de Betty King onde se deu o atentado: “Curiosamente o local que normalmente estava movimentado por causa do restaurante, na hora da morte de Mondlane, estava deserto. Nem Betty King, nem a maioria dos empregados estavam presentes. Apenas estava lá o cozinheiro que serviu um chá a Mondlane e de seguida se retirou” (nota 329, p. 214). Ora, eram 9 horas de manhã (como indicado na p. 214), e não há nada de “curioso” que o restaurante não fosse frequentado à tal hora. Este tipo de insinuação lançada sem tratamento crítico não valoriza o resto do raciocínio do autor.

83 ... e de novo por BLN citando um outro artigo de Benedito Tomás Muianga, “Sobre o assassinato de Eduardo Mondlane”, Savana, 16 de Fevereiro de 1996: 7. Este outro artigo de Muianga faz o ponto de situação mas não traz dados novos: ele tem sobretudo a função de responder a certas afirmações de Sérgio Vieira.

84 ... o que, da minha parte, considero como uma indicação que o autor “técnico” não é Casimiro Monteiro! Há, com efeito, pelo menos uma coisa que não se pode negar aos agentes da Pide-DGS, a saber aquela de serem soldados disciplinados. A este nível de responsabilidade na Pide, nunca se desmascara um responsável, mesmo após a sua morte...; a não ser que, aproveitando o facto de que um nome já circula – na circunstância, aquele de Casimiro Monteiro – isso possa ser útil para desviar a atenção e deixar na sombra outros responsáveis ainda vivos.

85 ... em particular quando se tratava de país membro da Commonwealth, tal como a Tanzânia.

86 Acerca do grau de penetração da Pide no seio da Frelimo, ver particularmente a minha comunicação no congresso internacional dos Arquivos de tradição ibérica, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (texto difundido em CD-Rom). Sobre a organização da Pide na guerra colonial, se referir a Dalila Cabrita Mateus, A Pide/DGS na guerra colonial 1961-1974, Lisboa, Terramar, 2004, 464 p.

que avancei desde há vários anos é que se a Pide decidiu matar Mondlane, não é nada porque ele “se tornava cada vez mais marxista” mas, pelo contrário, porque ele continuava “americano”, pro-ocidental, capaz de diversificar os apoios financeiros e militares da Frelimo, capaz de procurar falhas negociáveis na orientação política portuguesa. A Pide tinha todo o interesse na tomada do poder pelos “comunistas” no seio da Frelimo. É, de resto, o que deixa entender Jorge Jardim – em desacordo com o assassinato –, que pensava poder encontrar-se com Mondlane no Malawi, a convite de Hanstings Kamuzu Banda⁸⁷. Para a Pide, era portanto completamente lógico matar também Uria Simango, sobretudo no contexto pós-II congresso.

Mas atenção! O facto de que a Pide tinha interesse em favorecer a tomada do poder pelos “comunistas” no seio da Frelimo afim de melhor legitimar a sua luta imperialista pela defesa do Ocidente, *não permite deduzir* que existia uma “aliança de facto” entre a Pide e certos “político-militares marxizantes” da Frelimo, uma como os outros desejando desembaraçar-se da dupla supostamente “liberal” Mondlane-Simango. De resto, é preciso não esquecer que a leitura política estalinizada do processo de libertação nacional que estes supostos marxistas faziam no seio da Frelimo, era aquela duma unidade nacional: nenhum deles, vimos, desejava criar um partido comunista moçambicano, ao contrário do jovem angolano Viriato da Cruz⁸⁸. Ora esta política de unidade nacional devia se encarnar em personalidades: neste âmbito, um Eduardo Mondlane era necessário. A tomada do poder pelos político-militares, contra os “civis modernistas” se reconhecendo em Mondlane e Simango, acabou por coroar um conflito entre trajectórias e meios sociais distintos no seio da Frelimo; mas ela, em si mesma, não significou o abandono da estratégia da unidade nacional. Simplesmente, doravante ela passa inteiramente pela extensão da guerra a todo o país: há radicalização, mas não mudança do projecto a construir, projecto que tinha o aval de Mondlane e Simango – isto é, uma nação moderna reduzindo pouco a pouco as suas etnicidades, falando português, dirigida por um partido único suposto ser o crisol da produção nacional, etc. Na realidade, os político-militares precisavam muito de Mondlane, politicamente e *socialmente*. A caça às bruxas desencadeada na Frente depois do assassinato de Mondlane mostra que eles tiveram muito medo de perder a direcção, mas não unicamente face a um Simango. O seu meio social de *assimilados* e mestiços principalmente (mas não unicamente) do Sul, de profissões urbanas e burocráticas (empregados de escritório, de comércio, enfermeiros auxiliares, etc.) era muito fraco face a outras trajectórias sociais presentes na Frente: camponesa, civil tradicional, civil moderna, etnicidades não sulistas, regionalismos oriundos de outras histórias coloniais (emigração maconde no Tanganhica, elites crioulas da Zambézia...), etc. No estado actual dos conhecimentos, pode-se falar exactamente dum conjunto de circunstâncias que favoreceram a tomada do poder pelos político-militares, *entre as quais* está a morte de Mondlane.

É preciso acrescentar a isso uma outra consideração: estes político-militares não são apenas “marxizantes”, mas estão na encruzilhada de muitos modelos, até e inclusive o

87 Jorge Pereira Jardim, Moçambique Terra queimada, Lisboa, Editorial Intervenção, 1976: 44.

88 Pode não ser aqui o lugar para discutir a adopção oficial, pela Frelimo, do marxismo-leninismo no seu 3º congresso de 1977. Mas, mesmo esta decisão, cujo alcance não sub-estimo, não é sinónimo da transformação da Frelimo em partido comunista. O marxismo continua um “instrumento” contextual daquilo que chamei o “nacionismo” modernista. É o projecto de nação homogéneo que constitui a identidade do partido, não o marxismo. O fácil abandono deste último aquando do 5º congresso de Julho de 1989 (antes da queda do muro de Berlim, é preciso lembrar) demonstra que a Frelimo podia muito bem viver sem o marxismo! Pode-se imaginar uma tal evolução para o partido comunista cubano?

modelo nguni. Certamente, o modelo marxizante estava em rápido desenvolvimento, mas não era o único. A cultura política tanzaniana da TANU era igualmente um modelo poderoso nestes anos de política *ujamaa*, em particular para Samora Machel que era um “empírico” antes de ser um teórico⁸⁹. A minha hipótese pessoal é que a Pide quis enfraquecer a sensibilidade pro-ocidental no seio da Frelimo, numa lógica ultra-nacionalista portuguesa de legitimação pela luta contra o comunismo. Naturalmente, ela esperava também que a tomada do poder pelos “comunistas” (para a Pide, não havia dúvida sobre a qualidade política dum Marcelino dos Santos ou dum Samora Machel) causaria uma cisão e adesão à bandeira lusitana. Aliás, isso parcialmente se produziu.

BNL também não cai *abertamente* na suposição duma “aliança objectiva” entre os “comunistas” e a Pide, e, tendo-o eu próprio criticado várias vezes por ter tirado conclusões muito apressadas com base em fontes frágeis, saúdo esta prudência. Contudo, esta prudência acaba por ser apenas aparente: com efeito, ele não apresenta *nenhuma outra reflexão política*, com base em dados técnicos que ele reuniu, do que aquela relativa a situação crítica crescente dos “marxistas”, que Mondlane, nos últimos dias da sua vida, teria procurado endireitar. O leitor só pode cronologicamente ser levado a pensar que, manifestamente, a morte de Mondlane caía realmente bem para os “marxistas”: não se diz “a quem beneficia o crime?”

A violenta caça às bruxas desencadeada após o atentado para se desembaraçar dos opositores acusando-os de cumplicidade no assassinato do Presidente, e particularmente depois da III sessão do Comité central de Abril de 1969 que negou a ascensão de Simango à presidência, parece aliás justificar esta ideia: dirigentes capazes de enviar um Silvério Nungu, e outros, à morte não teriam sido capazes de matar Eduardo Mondlane? Só que se trata aqui dum raciocínio *a posteriori*. BLN, vimos isso, não faz abertamente este raciocínio: mas toda a arquitectura do capítulo 5 coloca a morte de Mondlane como simples etapa num grande plano de tomada de poder pelos político-militares⁹⁰. Ele deveria ter claramente indicado os limites para além dos quais as fontes na sua posse não permitiam ir. Ele não o fez.

O que BLN mostra bem, é que Uria Simango não faz nada, absolutamente nada, para tentar tomar o poder aquando da morte de Mondlane. É, no mínimo, um mísero estratega! Isso mostra em todo o caso que ele não está nada implicado na morte deste: para quê serviria matá-lo para de seguida nada fazer? Mas é também mísero defensor das suas próprias opções políticas. É praticamente quando nada mais é possível – mas enquanto ele nunca exprimiu claramente as suas opções políticas perante os quadros do movimento –, que ele publica, a 3 de Novembro de 1969, *Gloomy Situation in Frelimo*, documento no qual ele pede a demissão de S. Machel, M. dos Santos, J. Chissano, A. Guebuza, etc., de todas as suas funções, acusando-os de crimes ou de ter induzido E. Mondlane ao erro⁹¹. Simango

89 Acerca da cultura política da TANU, cf. Denis-Constant Martin, *Tanzanie: l'invention d'une culture politique*, Paris, Karthala/Fondation nationale des sciences politiques, 1988, 318 p. Sabe-se o quanto a política *ujamaa* inspirou Samora Machel para a implementação da política das aldeias comunais em Moçambique.

90 Os sub-títulos no seio do capítulo 5 indicam claramente esta orientação implícita: “Vitória a todo o custo”, “A caminho dos dias negros”, “O virar da página: da paz aparente à morte que semeou o vendaval”, “A luta pela sobrevivência: “Kremlin” Á impõe os ditames da sua escola”, “A astúcia na conquista do poder político: o poder sombra emerge de nada”, “Habilidade e tática: dois factores decisivos na luta pela sobrevivência”, “Atravessando o deserto”.

91 Largos extratos de *Gloomy Situation in Frelimo*, são útilmente reproduzidos em versão portuguesa (“Situação sombria na Frelimo”), em anexo do livro (pp. 399-416). É certo que este documento não foi bastante conhecido no decurso do primeiro período da independência, e o semanário *Savana* pôde reproduzi-lo como se se tratasse dum documento inédito. Mas não esqueçamos que fez parte dos textos inseridos na obra de Reis & Muiune, *Datas e documentos da história da Frelimo*, Maputo, 1975, 604 p., livro publicado legalmente em Maputo e presente em pelo menos certas bibliotecas.

foi “suspenso” da direcção a partir do dia 8 de Novembro, depois excluído na sua ausência, aquando da IV sessão do comité central de Maio de 1970 que elegeu respectivamente Samora Machel e Marcelino dos Santos presidente e vice-presidente da Frente. Toda uma série de quadros, entre esta data e 1972 aproximadamente, deixaram o movimento. Os seus destinos foram diversos: certos, já no estrangeiro, permaneceram lá, outros tentaram ficar na Tanzania sem mais se ocupar da política, mas presos pela polícia deste país e entregues à Frelimo, se escaparam e se renderam aos Portugueses (caso de Miguel Murrup, por exemplo). Momentaneamente encarcerado em Dodoma, U. Simango obteve refúgio no Egipto onde se fixou com a sua família, a 17 de Abril de 1970.

O 25 de Abril de 1974, uma conspiração comunista ?

O sexto capítulo aborda o período aberto pela Revolução dos Cravos em Portugal. É um capítulo de má qualidade e que, além disso, não traz nada ao resto da obra.

Pode-se criticar muita coisa nos primeiros cinco capítulos – acabo de o fazer. Mas estes capítulos abordam questões pouco, mal ou absolutamente nada conhecidas. Pode-se discutir a maneira como neles as fontes são utilizadas, interpretadas, etc., mas se trata sempre duma discussão sobre pesquisas ou teses novas. Em contrapartida, acerca da génese do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, depois sobre o processo revolucionário em Portugal, existe uma abundante bibliografia, em línguas portuguesa, inglesa, francesa, italiana, etc. Ora, o autor não leu nada desta bibliografia, mesmo as obras mais indispensáveis. Ele escolheu reescrever completamente a história servindo-se unicamente de fontes extremamente parciais, retomando *grosso modo* todas as teses da extrema-direita saudosista portuguesa, até mesmo aquelas de agentes da Pide-DGS. Assim, Marcelo Caetano estava a favor dos revoltados (p. 274, a fonte é Abílio Pires, da Pide-DGS), a DGS sabia mas pensava que o general Spínola controlava o processo – ela sabia portanto muito mal! (p. 274, a fonte é Óscar Cardoso, da DGS). Caetano transmitiu pessoalmente o poder a Spínola (p. 275) – na realidade, ele não transmitiu absolutamente nada, ele já tinha perdido tudo, mas procurou um pouco salvar a face “entregando-lho” afim de evitar que o poder não caia “na rua”.

Sobretudo, BLN não entende a natureza da revolução portuguesa: produto de dez anos de guerra colonial e de quarenta e oito anos de ditadura, ela foi no início uma revolução democrática – abater a ditadura –, mas imediatamente engrenou um processo de revolução social, tanto as aspirações sociais e políticas do povo português precisavam de se exprimir! Enquanto os capitães de Abril apelavam à população a ficar em casa, a manifestação do 1º de Maio foi grandiosa, marcando o início do processo revolucionário social: isso não tem nada a ver, absolutamente nada a ver, com um “grande plano” previamente concebido e executado com mestria. Reduzir os movimentos sociais e as revoluções a simples manobras de agentes infiltrados é uma redução inverosímil da história. Ora é o que exactamente BLN faz:

“Caetano transmitiria pessoalmente o poder a Spínola [...] sob a garantia deste “ não deixar o poder cair na rua”. Só que o Poder cairia, de facto, na rua, porque o radicalismo de esquerda estava atento, tanto em Portugal, Moscovo, Dar es-Salaam e, até na Argélia onde ainda se acoitavam alguns dos pontas de lança de Kremlin na zona austral de África.” (p. 275)

Eis aqui uma vez mais o “radicalismo de esquerda” grande mestre da História e a Revolução dos Cravos reduzida às manigâncias de agentes de Moscovo... Nem tudo é falso neste capítulo, contudo: por exemplo, quando BLN cita Melo Antunes dizendo que “a maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução” (p. 277), é inteiramente verdade ! Só que, tudo à sua concepção policial da história, BLN conclui que estes militares foram enganados pelo radicalismo de esquerda. A realidade é inversa: o próprio Melo Antunes não sabia que o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 ia desencadear uma revolução, pois, justamente, nada estava “planificado” menos este golpe de Estado. Em seguida, é a história social de Portugal que tomou conta dos acontecimentos e não a “*falta de vergonha [...] dos comunistas portugueses*” (p. 282): a população não tinha nenhuma razão de se limitar à simples democratização e descolonização, mas queria uma considerável recuperação social e a punição dos fascistas. É o que Lénine e Trotski conceptualizaram, de maneira muito próxima, como processos de “revolução contínua” ou “permanente”, conceitos muitas vezes mal compreendidos e que o seriam melhor se se dissesse: “processo contínuo (ou permanente) de revolução” ou “processo contínuo de transcendimento revolucionário”. Isso parece da constatação de que uma revolução simplesmente democrática, pelos próprios problemas que ela resolve e que ela coloca, pelas forças sociais nas quais ela se apoia, leva naturalmente à sua transcendência contínua por uma outra revolução social. O processo revolucionário português de 1974-1976 foi um formidável exemplo deste tipo de processo histórico analisado desde 1905 pelos teóricos bolchevistas.

E neste processo português, se o Partido comunista tentou evidentemente aumentar a sua influência (inclusive por meios não democráticos), é completamente falso dizer que “*a principal arma para pôr o operário na rua – nos ditames comunistas do marxismo-leninismo – era o incitamento à greve*” (p. 288). É confundir aqui a extrema-esquerda portuguesa (que nasceu da cisão do PCP ou fora dele) com o PCP, que esteve quase sempre contra as greves – como o reconheceu o Primeiro Ministro da direita do governo provisório, Palma Carlos, admirando-se ele próprio ! O PCP queria a unidade nacional atrás do MFA e um Portugal permanecendo membro da NATO mas votando a favor da URSS nas Nações Unidas. A política internacional da URSS *nunca* foi de tentar implantar um regime comunista em Lisboa: ela respeitava a divisão do mundo em dois blocos e tentava unicamente influenciar os regimes ocidentais num sentido favorável aos seus interesses. Um “Portugal de esquerda”, mas não socialista, convinha-lhe perfeitamente.

Em Moçambique também, houve, muito parcialmente, este tipo de processo de transcendimento revolucionário, e os “*Democratas de Moçambique*” (Branços favoráveis à Frelimo) nele não estavam implicados por nada. Fez-se certamente a história do processo *político* da descolonização, mas muito menos aquela dos movimentos *sociais* que o acompanharam, destas numerosas greves, muitas vezes espontâneas, e muitas vezes denunciadas pela Frelimo ; destas comissões de trabalhadores eleitas nas pequenas e médias empresas abandonadas pelos patrões portugueses e assim postas em autogestão pelos trabalhadores, comissões eleitas rapidamente dissolvidas pela Frelimo que impôs as suas próprias “comissões administrativas”. Contudo, estruturalmente, o movimento social moçambicano era muito menos forte do que aquele de Portugal. Os antigos sindicatos-nacionais fascistas, agora democratizados (mas que a Frelimo acabou por dissolver em 1978 para os substituir pelos “conselhos de produção” vigiando os trabalhadores),

apenas sindicalizavam a pequena minoria dos trabalhadores assalariados da administração, do comércio e dos serviços. E a popularidade da Frelimo era então imensa, prestígio da legitimidade das armas: o processo do transcrescimento revolucionário foi assim parado pela sua hegemonia política ; a revolução social que se perfilava atrás da descolonização foi abstratamente sublimada numa expressão pelo único meio do “partido operário-camponês” que a Frelimo se dizia. Isso equivale a dizer que, exactamente ao contrário da leitura que geralmente é feita (e particularmente feita por BLN), é a Frelimo “marxista” que impediu todo o transcrescimento socialista da revolução africana, pois esta teria significado a irrupção dum movimento social africano absolutamente não dominado pela elite política da Frente.

Pode-se considerar que a instauração do partido único era típico duma orientação claramente “comunista” (estaliniana): pessoalmente sempre vi nisso uma política “anti-sociedade”, de negação social, cultural e étnica, de tomada do poder por uma fracção burocrática da pequena-burguesia moçambicana modernista criada no (e na periferia do) parêntese de Estado colonial⁹². Seja como for, tratava-se de considerar bem que nenhuma legitimidade das urnas devia substituir a legitimidade das armas tornando-se assim eterna⁹³, e que um partido único devia sublimar o processo de “produção da nação”. Ora, enquanto foi membro da Frelimo, Uria Simango nunca contestou este paradigma e, antes de 1974, não parece claramente que os outros pequenos grupos moçambicanos opostos à Frelimo tenham defendido concepções pluralistas. De facto, cada um lutava para ser o partido único em detrimento do outro...

Paradoxalmente, a única personalidade, mais tarde dirigente da Frelimo, e que devia se exprimir a favor do pluralismo político e do direito da livre criação de partidos políticos, foi... Marcelino dos Santos, em 1959, na sua qualidade de membro do MAC (*Movimento Anti-Colonial*), quando já era “marxista” ! O próprio BLN cita esta tomada de posição (nota 426, pp. 284-285), mas para subentender que ele teria “escondido o seu jogo”. Na realidade, a sua tomada de posição explica-se justamente no âmbito ideológico da visão estalinizada da “revolução por etapas” históricas distintas (oposta portanto ao conceito de “revolução contínua” ou “permanente”), que então irrigava largamente o terceiro-mundismo, muito além das suas fileiras comunistas. A etapa “nacional/democrática” – correspondente à etapa da revolução burguesa na Europa no século XIX e começos do século XX, quer dizer a descolonização para obter –, sem ainda destruir o capitalismo, respeitaria o pluralismo ; a fase socialista devendo ser atingida mais tarde, ainda não estava na ordem do dia em 1959, mas seria assimilada ao regime do partido único, sinónimo de “ditadura do proletariado”, como parecia mostra-lo o exemplo dos “países socialistas”. Em outros termos, enquanto Moçambique não fosse socialista, poderia continuar pluralista, mas a tomada do poder pela “classe operária” exprimir-se-ia pelo partido único. Como as crises e o processo de radicalização ulteriores da Frelimo (evidentemente imprevisíveis em 1959) foram teorizados pelos vencedores como um processo de transformação da Frelimo em partido único não mais apenas anticolonialista mas também socialista, a independência seria de um “tipo novo” e “directamente socialista”, e portanto sob partido único !

92 Cf. M. Cahen, “État et pouvoir populaire...”, op. cit.; “Marxisme et Mozambique”, in M. Cahen, Mozambique, la révolution implosée. Études sur douze années d’indépendance (1975-1987), Paris, L’Harmattan, 1987: 137-167.

93 ... e oportunamente “confirmada” pelos apoios rodesiano e sul-africano à Renamo: o encobrimento da guerra civil pela guerra regional forneceu uma nova legitimação às armas da Frelimo.

Este paradigma etapista unindo o pluralismo a uma fase ainda capitalista do desenvolvimento e o socialismo a um regime de partido único, atravessou todo este período. A revolução cubana (1958-60) e a radicalização de 1960-62 disso são um excelente exemplo. Mas ainda se pode apreender, mais tarde, quando a Frente sandinista de libertação tomou o poder em Managua (Nicaragua) em 1979: o FSLN respeitou o pluralismo porque, dizia, “ainda não” se estava na fase socialista. Os paradigmas estalinianos infelizmente tiveram uma vida bem longa... Mas, note-se, uma vez mais, que os “não marxistas” da Frelimo (a começar por Eduardo Mondlane, a que se pode acrescentar Uria Simango, apesar do seu namoro com o maoísmo) nunca puseram em causa o paradigma da unicidade partidária. A ideologia da “produção da nação” no crisol do partido único ia, de facto, no mesmo sentido que a versão estalinizada do marxismo. *No seio da Frelimo, não é a questão de partido único que opõe os marxistas e os não marxistas.*

Em contrapartida, a partir de 1974, os partidos diferentes da Frelimo evidentemente pedem o pluralismo, condição da sua sobrevivência política, até mesmo física. Depois de algumas semanas de hesitação, a partir do momento em que Portugal reconhece o direito incondicional de Moçambique à independência e decide prepará-la com um parceiro único, a Frelimo, esta se comporta como partido único: todas as pequenas formações, todas as associações, mesmo as mais progressistas (tal a *Associação académica*), são dissolvidas. Trata-se não apenas de impor o partido único, mas também da negação de toda a diversidade cultural, étnica e social: *um só povo, uma só nação, um só partido*. Ora os mesmos que abatiam o partido único em Lisboa aprovavam-no em Maputo. Era, como o crê BLN (pp. 290-291), porque se tratava de adeptos do “radicalismo de esquerda” ou agentes de Moscovo? Os factos demonstram o contrário. É muito difícil fazer de Melo Antunes – inimigo aguerrido do PCP no seio do MFA – um extremista de esquerda; o mesmo se diga de Victor Crespo, acerca do qual se pode perguntar sob que bases BLN diz que ele era “marxista” (p. 290); o radicalismo dum Otelo Saraiva de Carvalho era extremamente recente⁹⁴ e era detestado pelo PCP.

Dois causas são de avançar: por um lado, os militares portugueses (*de direita como de esquerda*) estavam muito apressados em descolonizar afim de voltar e pôr ordem em casa – onde se ampliava o processo de transcrescimento social da revolução democrática. Mas por outro lado e sobretudo, o paradigma de partido único era, na época, largamente aceite, e mesmo defendido, em quase todas as correntes de opinião: a ONU, a OUA desejavam partidos únicos, “crisol da nação”! Não era uma questão de “marxismo” mas um paternalismo funcional que considerava que “em África” – continente que ainda estava na “etapa da produção da nação” –, era preciso o partido único para unir os “tribos” e as “etnias”. Os militares portugueses, de direita como de esquerda, não fizeram nada mais do que reproduzir o paradigma paternalista então dominante. E, entre os Portugueses minoritários que se opuseram a isso, encontrava-se tanto gente de direita (Francisco Sá Carneiro, por exemplo) como de esquerda (alguns socialistas e alguns trotskistas).

94 O próprio BLN cita uma entrevista (pp. 294 – 297) onde Otelo S. De Carvalho, confessa que, como militar profissional, ele nunca, tão tarde quanto 1974, tinha ouvido falar de... Álvaro Cunha! Estranho “comunista” na verdade... (p. 294). Ele tinha ouvido falar de Mário Soares em 1969 por causa da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, e não como escreve BLN, “Comissão de Esquerda da Unidade Democrática”, nota 441, p. 294) mas só teve o seu primeiro contacto com ele em Julho de 1974. De facto, o radicalismo (e não apenas a revolta contra a ditadura) destes militares provem, por um lado, da sua reacção a uma longa guerra colonial, e em seguida, sobretudo, dos efeitos sobre a sua consciência política do processo de revolução social que involuntariamente eles desencadearam. Não há nenhum “grande plano” (diferente do que abater o regime de Marcelo Caetano)!

Trata-se aqui contudo de distinguir duas questões: aquela do referendo de autodeterminação e aquela da descolonização pluralista. As duas questões estão ligadas, mas não são idênticas. Para as frentes de libertação africanas, a questão do referendo não era arriscada como tal: não há nenhuma dúvida de que o “sim” à independência completa teria uma esmagadora maioria, mesmo nas Ilhas de Cabo Verde⁹⁵. Em contrapartida, a questão do pluralismo político era arriscada, não forçosamente de forma imediata – a sua popularidade inicial era imensa –, mas a longo prazo; ela implicava além disso o pluralismo sindical, associativo, cultural, étnico, contraditório com o seu imaginário da nação homogênea. *A recusa do referendo esteve portanto ligada à recusa do pluralismo ulterior possível*: não foi apenas simbólico – aceitar submeter ao voto o que os anticolonialistas consideravam como um direito imprescriptível pelo qual eles lutavam há uma década – mas sobretudo político. Se eles aceitassem o referendo, como negariam o conjunto constituinte necessariamente pluralista? Por esta razão, em quatro⁹⁶ dos cinco PALOP, é o comité central do partido ou uma “Assembleia popular” nomeada por ele que proclamou a independência.

O que facilitou, tanto à esquerda como à direita, a vitória da unicidade partidária, foi o facto de que a questão do pluralismo foi assimilada àquela do direito imprescriptível à independência: a direita *saudosista* portuguesa negava este aspecto imprescriptível e queria *ipso facto* o pluralismo para poder “verificar” se os Africanos verdadeiramente não desejariam mais ser portugueses. A esquerda, *assim como o centro-direita anticolonial*⁹⁷, tomados no paradigma paternalista segundo o qual a “construção da nação” em África passava pela unicidade partidária, foram portanto incapazes de separar a questão do direito imprescriptível à independência da questão dos direitos democráticos nos novos Estados africanos: aceitando o direito à independência, a esquerda e o centro-direita – com algumas excepções individuais – aceitaram *ipso facto* o partido único em África.

É preciso, enfim, sublinhar um aspecto sociocultural que não se pode negligenciar: se os dirigentes do “Movimento dos capitães”, ainda na clandestinidade mas tendo ultrapassado os aspectos puramente corporativos do seu descontentamento e já plenamente politizados⁹⁸, sentem uma aproximação com o PAIGC, o MPLA e a Frelimo, não é apenas por uma questão de “esquerda” ou de “direita”. Estes capitães rebeldes têm acesso à imprensa destes movimentos, por um lado porque eles a apanhavam aquando das suas operações militares, e por outro porque eles a recebiam por outras vias. O seu universo português, moderno, nacional é próximo da prosa nacionalista que eles lêem nos panfletos e documentos apanhados, ou recebidos, dos movimentos. Os militares portugueses e os dirigentes lusófonos do PAIGC, do MPLA e da Frelimo não são mundos sociais distantes, mutuamente incompreensíveis – ao contrário, eles assemelham-se social e culturalmente. Em contrapartida, os dirigentes da FNLA (*Frente Nacional de Libertação de Angola*) cujas tropas mataram muitos civis portugueses, mestiços e assimilados durante

95 Existia no arquipélago uma corrente “adjacentista”, visando a dotar o país duma autonomia comparável àquela de Madeira e Açores, mas extremamente minoritária.

96 Na Guiné-Bissau, a independência é proclamada desde antes do golpe de Estado em Lisboa, por uma assembleia popular eleita em condição de guerrilha e sob partido único. Só as Ilhas de Cabo Verde foram uma meia excepção, pois uma assembleia eleita proclamou a independência: mas um só partido tinha sido autorizado a apresentar candidatos, o PAIGC, alguns candidatos independentes podendo igualmente se apresentar (cujo um foi eleito, e votou contra a instituição do partido único).

97 Pensa-se no Partido Popular Democrático (PPD) que, é verdade, no contexto revolucionário de 1974 – 1975, não se dizia “de direita”, mas constituiu bem, com o CDS, a ala direita do leque político pós-1974. Do mesmo modo, o Centro Democrático Social (CDS), futuro Partido Popular, era atravessado por correntes saudosistas e por correntes aceitando uma certa descolonização.

98 Penso no momento do plenário de Cascais do Movimento dos capitães, a 5 de Março de 1974.

a grande revolta do Norte-Angola em 1961, que dizem querer caçar os “filhos de colonos” (os mestiços), que reclamavam a “autenticidade africana”, que muitas vezes não falam português, fazem parte de um *outro mundo*. O mesmo se diga da Unita (*União Nacional para Independência Total de Angola*), para a qual o adjectivo “total” significa a mesma exclusão dos “filhos de colonos” em benefício dos quais o MPLA é suposto confiscar a independência⁹⁹. Acontece um pouco o mesmo com um FLING parcialmente francófona, adepta da negritude senghoriana e, duma forma geral com todos os grupos favoráveis à separação da união Cabo Verde/Guiné querida por Amílcar Cabral. Em Moçambique, o problema praticamente não existe, mas os militares do Movimento dos Capitães sentem para com a Frelimo a mesma aproximação que têm para com o MPLA e o PAIGC. Este aspecto é bastante menos evocado, mas no entanto é capital: longe de toda a consideração de “esquerda” ou de “direita”, PAIGC, MPLA e Frelimo são simplesmente *imagináveis* para os militares portugueses, e mais exactamente, para a forma como entrevêem, em traços gerais, o futuro duma África que eles querem deixar o mais depressa possível. Afim de explicar a facilidade com a qual a Frelimo se impôs ao governo português, BLN sobrestima inverosimilmente o papel do PCP: assim, este partido teria “naturalizado em Moçambique alguns dos seus simpatizantes que aguardavam a todo o momento a hora do pacto com o “messias” se esperava de Dar es-Salaam” e assim instrumentalizado os *Democratas de Moçambique* a favor da ditadura do proletariado... (pp. 300-301). Ora, o PCP não tinha membros em Moçambique: certos raros comunistas, quase todos brancos, tinham em Moçambique uma actividade muito reduzida, sem praticamente nenhum laço com o PCP (e um pouco com o PC sul-africano nos anos 1940)¹⁰⁰. Há além disso um aspecto desagradável nesta asserção ao negar a moçambicanidade destes alguns brancos que fizeram a escolha de ficar no país por ideal político: estes brancos seriam apenas agentes “naturalizados” para fins unicamente políticos e portanto não verdadeiramente moçambicanos. Porque brancos, ou porque comunistas ?

Em contrapartida, é verdade que uma pequena minoria da comunidade branca ficou entusiasmada por um discurso da Frelimo afirmando que, no Moçambique independente, não haveria mais “nem brancos, nem negros, nem mestiços, nem indianos”, mas apenas “moçambicanos iguais”. A moçambicanidade era assim dissociada da africanidade. Eles viram um antiracismo a lhes abrir um espaço para viver lá onde havia outro tanto a negação sufocante de toda a diversidade cultural, social, étnica e política. Pode-se criticar este alinhamento cego, esta “fidelidade canina” de certos brancos para com a Frelimo, mas não se pode pôr em causa o imaginário duma fraternidade enfim encontrada entre os filhos da mesma terra que, precisamente, a colonização interditava. Certamente, esta “fidelidade” – tanto mais “canina” que, ao longo do tempo, a sua manutenção era a condição *sine qua non* da manutenção de posições no seio da Frelimo, mas também no país –, levou muitos deles a desvios de rumo. Mas reduzir o imaginário desta minoria da comunidade branca à “eterna conspiração comunista” simplesmente não permite compreender¹⁰¹.

99 Está comprovado que a Unita colaborou com os Portugueses para melhor lutar contra o MPLA: mas esta cooperação instrumental não retira nada aos aspectos sociológicos evocados.

100 Ver a tese de Judith Manyá, op. cit.

101 No seio duma página extremamente confusa (a página 301), BLN parece explicar que estes brancos, porque brancos, temiam ser considerados como “reaccionários”, o que fazia correr o risco de obrigar os menos comunistas do grupo a denunciar os mais comunistas (supostamente com um projecto diferente daquele da Frelimo ?), levando estes últimos a “colar” mais a Frelimo. Uma passagem conta vagamente, sem que nenhuma fonte seja citada, as maquinações dum “conhecido comunista WV” agitando-se muito neste sentido. Se é conhecido, porquê não citar “WV”? É o jornalista Willy Wadington (ou Wadington)? Não percebo esta prática de

Tudo isso não deve esconder o essencial: no terreno, aqueles que pediam eleições plurais eram, na enorme maioria dos casos, os que não tinham combatido o colonialismo de armas em punho ; a minoria daqueles que o tinham combatido eram, em maioria, dissidentes da Frelimo dos quais alguns tinham ido para Portugal. Pode-se compreender as suas razões, nas condições dum funcionamento tendencialmente totalitário da Frelimo (cf. *supra*). Mas são razões, que no imediato, eram compreensíveis apenas para quem tinha vivido de perto a história do movimento de libertação. Para a população, que “recebia” na alegria um partido, do qual ignovara quase tudo mas legitimado pela guerra anticolonial e de que esperava “um governo da nossa cor”, estes pequenos grupos eram tidos como querendo impedir a independência.

Vimos que Simango tinha voltado a Moçambique, à Beira, a 6 de Julho de 1974, aproveitando alguns meses de indecisão entre o 25 de Abril e o 7 de Setembro. Ele se empenhou a coligar os pequenos grupos hostis à Frelimo, de tendências diversas, mas incluindo, disso a não duvidar, grupos que tinham sido manipulados pelas autoridades coloniais: Joana Simeão não tinha sido recebida por Marcelo Caetano, pessoalmente, sob os auspícios de Jorge Jardim procurando, então, promover dirigentes políticos africanos não frelimistas ?¹⁰² Poder-se-ia tomar outros exemplos. Portanto, Uria Simango procurou não tanto federar os anticolonialistas não frelimistas, mas os antifrelimistas de todas as tendências, com a excepção dos integracionistas portugueses de extrema-direita. Esta ausência de delimitação política, num momento em que, para a população, o problema não era “a favor ou contra a Frelimo”, mas “a favor ou contra a independência”, foi um primeiro e importante erro. Seja qual for a clareza dos escritos¹⁰³ do seu partido recriado, o PCN, Simango assim não podia mais se posicionar numa postura anticolonialista democrática mas, o melhor possível, simplesmente democrática. Ele se colocava, por si próprio, fora da principal contradição do momento. Evidentemente isso não significa que, fazendo assim, ele teria sido bem sucedido: pode-se ter razão e ser vencido. Mas a “grande coalizão” anti-Frelimo, com toda a evidência, fragilizou a sua posição tanto junto das populações como dos militares portugueses que podiam ouvi-lo.

O seu pior erro, nesse momento, certamente foi ter estado presente aquando da ocupação do Rádio-Clube de Lourenço Marques a 7 de Setembro de 1974. Nesta data, um acordo acaba de ser assinado em Lusaka entre Portugal e a Frelimo, para um governo de transição formado destes únicos dois parceiros e conduzindo ao partido único Frelimo. Algumas horas depois, um motim eclodia em Lourenço Marques.

alusão em que se denuncia comportamentos públicos – “WV acabou vendo os democratas de Moçambique a levantarem bem mais alto o estandarte da ditadura do proletariado que ele e seus companheiros sempre levantaram na clandestinidade” – sem no entanto indicar nem a fonte, nem o nome da pessoa criticada... Ora, o que há de espantoso que os raros comunistas brancos moçambicanos levantem mais alto o seu “estandarte”, agora que o fascismo caiu, do que durante este mesmo fascismo ? A crítica deveria, evidentemente, ser sobre o próprio princípio de partido único, largamente propalado na época tanto no “radicalismo de esquerda” como nas correntes de direita ! Além disso, a questão do racismo anti-branco na população africana, perfeitamente explicável historicamente, mas não tão importante do que isso, podia ser um verdadeiro temor destes “Democratas”: a moçambicanidade foi também para eles, uma conquista.

102 Jorge Jardim, em seguida, abandonaria J. Simeão convencendo-se de que o único interlocutor possível e portanto útil, só era a própria Frelimo, com a qual por intermédio da Zâmbia e Malawi, ele começou negociações de paz culminando com “primeiros acordos de Lusaka” em 1973 (estranhamente parecendo-se com o que, mais tarde, foram os acordos de Lancaster House sobre a Rodésia). Se os militares do MFA procuraram, por todos os meios, paralisar Jorge Jardim, por causa da sua filiação política salazarista, mas também pelo facto de que ele podia ser considerado como um representante natural da comunidade branca de Moçambique que estes mesmos militares tinham decidido não ouvir, a Frelimo afirmou várias vezes que ela “não tinha nada contra o engenheiro Jorge Jardim”. É somente quando os militares portugueses lhe ofereceram a integralidade do poder que J. Jardim se tornou inútil, e portanto inimigo.

103 Ver por exemplo a declaração, lida por Simango, aquando da conferência de imprensa do PCN a 24 de Agosto de 1974, p. 307.

Pessoalmente, sempre combati as visões reducionistas dos acontecimentos dos dias 7-10 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques. Não, não se tratava dum movimento contra o princípio da independência; não, não se tratava dum movimento para uma independência “à rodesiana”; não, não se tratava dum tentativa de golpe de Estado de Jorge Jardim¹⁰⁴, etc. Mas, inversamente dizer que “[horas] depois da assinatura do acordo de Lusaka [...] eclode em Lourenço Marques *um levantamento popular de grande vulto*” [sublinhado por mim] (p. 309) não é fundado, tanto mais que na página seguinte, BLN precisa que se tratava de “um grupo de cidadão, a maioria dos quais descendentes de ex-colonos portugueses, alguns mestiços e assimilados” (p. 310). Seja qual for o seu número, a sua exterioridade social para com a massa da população africana é evidente: não se trata “dum levantamento popular de grande vulto”, mas da reacção emocional de portugueses (brancos, mestiços e negros), ao ver a bandeira portuguesa arrastada no chão atrás dum carro de partidários da Frelimo festejando a vitória de Lusaka. Do ponto de vista da análise histórica, trata-se portanto dum movimento social de colonos (em particular dos nascidos em Moçambique), do desespero duma comunidade de pessoas sobre as quais tinha sido decidido em Lusaka que não seriam consultadas e que se viam proibir um eventual lugar específico no país (direito de criar um partido político, etc.) pelos acordos de Lusaka.

Assim, a independência exprimia a vitória de dois grupos e a derrota dum terceiro: os anticolonialistas africanos da Frelimo (e, através deles, a população moçambicana) e os militares portugueses antifascistas (e, através deles, a metrópole democratizada) eram vencedores; a pequena-burguesia luso-colonial era não apenas vencida enquanto classe, mas também negada enquanto comunidade. A análise histórica permite compreender isso.

Mas no imediato, a “análise política popular” só podia alimentar uma interpretação diferente: os colonos tentavam impedir a independência. E isso, tanto mais que certos extremistas brancos de direita (sobre os quais BLN não diz uma palavra) lançaram-se em ataques assassinos contra os civis do *caniço*, talvez com o objectivo de provocar um contra-ataque massivo dos “negros” contra os “brancos”, obrigando então o exército português a intervir massivamente para defender os “Branco”. Isso viria a acontecer, mas somente a 21 de Outubro seguinte, na sequência da provocação de *comandos* portugueses, fazendo centenas de vítimas na população branca e desencadeando um pânico e o êxodo de numerosos portugueses que poderiam ter sido muito úteis ao país. No imediato, nestes dias de Setembro, patrulhas conjuntas das forças armadas portuguesas e dos guerrilheiros da Frelimo, acabados de chegar à cidade, conseguiram manter a situação.

É possível que Uria Simango se tivesse deslocado a Lourenço Marques principalmente para se encontrar com a delegação que o general Spínola tinha mandado de emergência¹⁰⁵: isso não impede que, presente na capital, apareça no Rádio-Clube e é então considerado como participante no “levantamento”.

A partir desse dia, os pequenos grupos coligados à sua volta tinham menos legitimidade ainda do que antes e as agressões físicas contra eles se multiplicaram, num clima geral de intimidação.

Vimos que graças à rede Jardim, Uria Simango conseguiu deixar Moçambique para a Rodésia, no início de Outubro de 1974. Mas, na Rodésia, não faz somente uma escala

¹⁰⁴ Este último proibiu os seus partidários de participar, nem mesmo de estar simplesmente presentes, aquando deste motim.

¹⁰⁵ É o que o testemunho de José Vilanculos, recolhido em 1997, deixa supor (p. 317).

técnica, para em seguida partir para um país africano “frequentável”. Ele tenta convencer os Rodesianos a ajudá-lo a afastar a Frelimo¹⁰⁶: o facto de que os Rodesianos inicialmente não estejam interessados, não muda em nada o significado político do acto. Para Uria Simango, doravante, não se trata mais duma luta relativa à melhor via para combater o colonialismo e o imperialismo – que tinha sido o eixo de toda a sua orientação política até então¹⁰⁷ – mas do combate contra a Frelimo, com qualquer aliado que seja, inclusive as forças regionais do imperialismo, aquelas do apartheid rodesiano e sul-africano. Pode-se compreender uma tal atitude, adoptada por um dissidente encurralado, e sem os meios de pensar no futuro. Mas, fazendo assim, Uria Simango condenava toda a actividade futura que ele poderia conseguir organizar. Basta ver o preço que a Renamo pagou, e que ainda paga, por ter sido apoiada pela Rodésia e África do Sul, a dificuldade que ela teve para conquistar a sua independência política e a sua “moçambicanidade”, a legitimidade que conquistou somente aquando das eleições de 1994.

A sua viragem política é confirmada pela sua partida para África do Sul, a 31 de Outubro de 1974. É lá onde ele toma conhecimento de que as instalações do PCN na Beira foram atacadas e fechadas e a direcção presa. Num documento então emitido (*“Actual Situation in Mozambique, April 25 – Nov. 1974”*), ele lembra a eliminação física do Coremo pela acção conjunta das tropas zambianas e da Frelimo afim de afastar todo o risco da participação do primeiro nas negociações, e reafirma a legitimidade do motim de 7 de Setembro: *“as manifestações [...] tiveram o apoio de quase todo o país. Tratou-se de uma manifestação de raiva do povo relativamente a esse acordo [de Lusaka]”* (p. 320). A estadia de Uria Simango na África do Sul parece não ter sido mais frutuosa do que aquela na Rodésia. E isso é compreensível por uma razão muitas vezes esquecida: nos primeiros meses da independência, a política sul-africana de nenhuma forma foi de desestabilização contra Moçambique, mas ao contrário de boa vizinhança. A África do Sul era pragmática e pronta para boas relações com uma “República negra”. Ela não dava muita importância ao “marxismo” (de resto ainda não oficial) da Frelimo. Tudo evidentemente viria a mudar quando, a 3 de Março de 1976, Moçambique declarou-se “em estado de guerra” com a Rodésia e fechou a fronteira, após esta ter atacado as instalações da ZANLA em Tete e Gaza, em Janeiro.

Qual poderia ter sido o lugar dum grupo moçambicano, anticolonialista e anti-imperialista, mas hostil ao partido único, no Moçambique dos anos 1975-1979 ? Não há nenhuma dúvida de que teria sofrido um duro isolamento, a tática de luta armada teria sido impossível e que teria de construir pacientemente um movimento clandestino civil em Moçambique, em defesa dos direitos democráticos e das necessidades sociais dos habitantes. Impõe-se constatar que não se encontrou, então, nenhum quadro político para imaginar uma tal tática¹⁰⁸. Mesmo um Domingos Arouca, no exílio, manteve a fixação duma unidade entre todos os inimigos da Frelimo e procurou por todos os meios fazer-se conhecer como “braço civil” da Renamo. Naturalmente isso é devido à ausência de tradição democrática no movimento social moçambicano e também ao facto de que os

106 BLN retoma aqui os dados fornecidos por J. Cabrita, *op. cit.*, particularmente pp. 80-84.

107 Lembremo-nos que, contrariamente a outros dissidentes, Uria Simango nunca se tinha rendido aos Portugueses.

108 É interessante constatar que, em Cabo Verde como em Angola, onde existiam pequenos núcleos marxistas independentes, particularmente trotskistas (em Cabo Verde) e maoístas (em Angola), nenhum deles se pronunciou claramente a favor do pluralismo político. Eles defenderam um opção de “endireitamento” do partido único, sem contestar frontalmente a sua unidade, ou procuraram criar um outro partido... único (caso da Organização comunista de Angola/OCA, por exemplo). A subestimação da questão democrática nestas correntes está patente, e ela está ligada à mesma subestimação à escala internacional, por estas correntes.

dissidentes da Frelimo, guardavam, no fim de contas, uma visão militar da acção política: a Frelimo tinha ganho pela guerra, era preciso vencê-la pela guerra, fosse qual fosse o preço das alianças a tecer.

É pena que BLN não apresente uma reflexão política deste tipo, mantendo ainda hoje para um tão formidável movimento social em marcha – o processo de transcrescimento da revolução democrática em revolução social em Portugal –, a simples visão da conspiração moscovita, com as suas consequências em Moçambique e no resto de África.

Este bom Dr. Banda...

O sétimo capítulo conta o rapto de Uria Simango e sua detenção em Nachingweia, depois em Moçambique, em M'sawize e enfim em M'telela onde foi executado. O capítulo conta também o rapto ulterior do Padre Gwenjere, em Outubro de 1976 e enfim a tentativa da Frelimo de legalizar a *posteriori* as execuções de Uria Simango, Paulo Gumane, Mateus Gwenjere, Joana Simeão, Narciso Mbule, Basílio Banda, Lázaro Nkavandame e Júlio Razão de Nilia, revelados pela defecção, em 1982, de Jorge Costa, antigo dirigente do Snasp¹⁰⁹. Acerca destes acontecimentos não há aqui grande coisa a dizer e os dados (sinistros) fornecidos são muito úteis.

A colaboração ao mais alto nível do poder malawiano para atrair Uria Simango, que acabava de chegar ao Quênia na esperança de influenciar Jomo Kenyatta e, graças a ele, a OUA¹¹⁰, é compreensível. O ditador Hanstings Kamuzu Banda, que tinha não apenas colaborado com Jorge Jardim, mas também estabelecido relações diplomáticas regulares com o regime colonial português, tinha muito que se fazer perdoar e era dependente do caminho de ferro que liga o seu país a Nacala¹¹¹. Fica-se assim muito admirado quando se lê na obra de BLN as razões da mudança de atitude de K. Banda a partir de 1977:

“Entretanto, acredita-se que em 1977, Kamuzu Banda tomou conhecimento das sevícias a que estavam sujeitos os homens que o seu governo havia ajudado a prender. As garantias dadas por Nqumaio¹¹² de que após a ascensão de Moçambique à independência Simango e seus companheiros seriam postos em liberdade não foram cumpridas. Kamuzu Banda apercebeu-se, então, da natureza real da conspiração por si consentida” (p. 341).

Banda, muito conhecido pela sorte reservada a todos os seus opositores, teria portanto ficado indignado pela manutenção em detenção, em más condições, de Simango e de outras pessoas entregues por si... Na obra, nenhuma fonte é indicada para testemunhar uma tal humanidade do Dr. Banda. BLN coloca isso em relação com uma suposta tentativa de golpe de Estado, em 1977, de Nqumaio: Banda teria compreendido que este último o tinha enganado, e BLN subentende que era um agente da Frelimo (ou da Tanzânia). Nqumaio foi executado. Mas BLN reconstrói aqui a história a partir de factos posteriores.

109 Snasp: Serviço nacional de acção e segurança popular, a polícia política da Frelimo.

110 Lembremo-nos que a OUA tinha reconhecido não apenas a Frelimo, mas também o Coremo, a pedido da Zâmbia.

111 Outros dissidentes são entregues por Malawi, como Joana Simeão, Paulo Gumane, do PCN, ou Amós Sumane, antigo membro da Frelimo e da Unar (um grupo manipulado por Jorge Jardim e que dizia combater pela independência da “Rombezia”, a saber o espaço entre Rovuma e Zambézia), em seguida fundador do Partido Revolucionário de Moçambique, pequeno grupo zambeziano de guerrilha que se juntará à Renamo, em Agosto de 1982. Além disso, dissidentes, alguns dos quais tinham cessado toda a actividade política há anos, são entregues pela Tanzânia (depois de Miguel Marrupa, citemos Raúl Casal Ribeiro, Judas Honwana).

112 Albert Nqumaio, secretário geral do Malawi Congress Party e ministro na Presidência.

O regime malawiano foi marcado por numerosas tentativas de golpe de Estado, comprovadas ou inventadas, práticas para se desembaraçar deste ou daquele dirigente. Todas as ditaduras conhecem este fenómeno, e tanto mais que elas são muito personalizadas. Que a reviravolta anti-Frelimo do Malawi em finais de 1976, após um período de boa vizinhança em 1974 e 1975, tenha provocado agitação interna no MCP é perfeitamente possível. Que H. K. Banda tenha aproveitado a repressão dessa agitação, para dizer que ele tinha sido “enganado” pelos revoltosos (ou assim considerados), é ainda possível (mas BLN não fornece nenhuma fonte). Daí, fiar-se neste tipo de declaração demonstra uma lastimável ausência de metodologia crítica...

Simango e a ideologia política

O oitavo e último capítulo apresenta uma tentativa de reflexão sobre o pensamento político de Uria Simango. Este capítulo condensa todos os problemas metodológicos indicados precedentemente. Com efeito, BLN quer absolutamente provar que, senão no início, pelo menos “cedo” (p. 362), Uria Simango era um adepto da democracia pluralista. Ora, nenhuma fonte, escrita ou oral, vinda directamente dele permite dizer isso. São os seus condiscípulos, entrevistados anos mais tarde por BLN (José Vilanculos em 1997, Alberto Sithole em 1998), que reportam que Simango afirmava, desde os anos sessenta (mas antes ou depois da sua saída da Frelimo ?) nas Nações Unidas que “ninguém ditaria o futuro político de Moçambique senão o povo moçambicano, por via de processos democráticos num regime pluralista” (p. 356). Se estes discursos nas Nações Unidas existem, porquê não citar directamente os seus textos originais, todos conservados em Nova Iorque ? Porquê não há nenhum texto de Uria Simango na imprensa da Frelimo (*Mozambique Revolution*, etc.), quando ainda era vice-presidente, que apresente uma tal tomada de posição ?

BLN cita um extracto de *Gloomy Situation in Frelimo* em apoio à sua tese. Este extrato diz respeito ao primeiro período da Frelimo:

“O objectivo a ser alcançado, a independência nacional, era o princípio orientador na aceitação de membros na Frente. Isto quer dizer que todo o moçambicano, fosse qual fosse o seu credo, sexo ou opinião política podia receber o estatuto de membro se aceitasse o estatuto e o programa da Frente.” (p. 356)

Numa outra passagem de *Gloomy Situation*, abordando o período da radicalização da Frelimo, Simango escreve:

“Há uma tendência de dizer que estamos divididos quanto à ideologia. Isto só pode significar divergências sobre questões económicas, religiosas, sociais, etc. Concordo que a ideologia é muito importante, mas nunca deve ser considerada como factor de unidade ou de divisão das forças de libertação de Moçambique nesta fase, se todas elas estiverem de acordo e aceitarem os princípios fundamentais: a) libertar Moçambique da dominação colonial portuguesa e b) através da luta armada. Hoje em dia a nossa luta não é essencialmente uma luta ideológica ou de classe, é uma luta de massas contra a dominação estrangeira, contra o colonialismo português, pela liberdade e independência dessas massas. A questão do socialismo científico e do capitalismo em Moçambique não devia dividir-nos, embora se torne um problema obrigatório numa fase mais avançada da luta. Isto não deve ser interpretado

de forma a significar que devemos permitir ou desenvolver um grupo burguês ou orientado para o capitalismo dentro da Frelimo pois o nosso objectivo é emancipar o nosso povo completamente [...] este é o compromisso.” (p. 404)

Estas duas passagens mostram muito bem as divergências de Uria Simango com os político-militares marxizantes. Sem ele próprio se pronunciar sobre o fundamento ou o carácter errado do objectivo socialista, ele lembra que a “fase actual” da luta é aquela da independência nacional, que esta reivindicação estratégica é a base da unidade, que todo o Moçambicano, seja qual for a sua opinião política pode aderir à Frelimo desde que esteja a favor da independência. Por conseguinte, ele apela ao respeito do pluralismo exprimindo-se na Frente, mas também apela a que o pluralismo político se exprima organizacionalmente numa Frente única. *Nada, nestas passagens, pode levar a dizer que Simango se pronuncia a favor do direito à pluralidade das organizações.* É somente quando ele próprio se vai dedicar à construção do Coremo que apelará então à unidade entre as organizações, e portanto defenderá uma opção pluralista, enquanto que anteriormente defendia uma posição integracionista da diversidade no seio duma mesma organização. Isso é muito claro no *Gloomy Situation*: nele Simango rompe com a direcção da Frelimo, mas ainda não com a própria Frelimo, ele ainda está na lógica de endireitamento, e não de concorrência ou confrontação; ele considera que é a direcção da Frelimo que divide a Frente e apela a ultrapassar isso para salvar não só a unidade, mas também a unicidade. Eduardo Mondlane enquanto viveu, Uria Simango até a sua expulsão da Frelimo tiveram posições muito semelhantes: *é a Frente de libertação que devia unir toda a população africana e assim produzir a nação, e chegar ao poder para fazer desta nação um Estado.* Que Simango tenha imaginado que se fizesse com eleições, como o afirma Alberto Sithole na entrevista concedida a BLN em 1998, é possível, mas de nenhuma forma provado. Além disso, a palavra “eleições” não demonstra nada: a Frelimo organizou várias eleições enquanto partido único (nacionais, provinciais e locais) cujo papel é preciso não subestimar. Certamente não se tratava de pluralismo, mas duma acção forte de integração de todos os sectores da população na esfera do partido-nação. Ora, a ideia integracionista, acabamos de ver, está presente no pensamento de Simango.

Portanto, estritamente nada permite afirmar que, Uria Simango vencedor, a Frelimo não teria defendido um ideal político de partido único, pelo menos para a “fase actual”. Provavelmente se pode dizer o mesmo de Eduardo Mondlane. Em seguida, naturalmente, há diversos estilos de partido único: nas Ilhas de Cabo Verde, o PAIGC (até 1979), transformado em PAICV depois da separação da Guiné-Bissau, estabeleceu um regime de partido único. Este último não fuzilou, pouco torturou. O mesmo partido (PAIGC) foi muito mais violento na Guiné-Bissau, assim como o foram o MPLA “de esquerda” – mas outro tanto a FNLA e a Unita “de direita” – em Angola e a Frelimo em Moçambique. Poder-se-ia igualmente discutir acerca do funcionamento interno da Udenamo, da Manu, do MANC, do Coremo, etc. Há graus no despotismo e no paternalismo autoritário. *Mas nenhuma corrente anticolonialista das colónias portuguesas defendeu o pluralismo.* A questão democrática, na direita como na esquerda, é a grande ausente da reflexão política da época. Um Amílcar Cabral que recusa explicitamente o marxismo, defende não menos explicitamente o modelo de partido único...

Paradoxalmente, são os “marxistas” que deveriam ter estado melhor posicionados para abordar a questão do pluralismo: não há nem uma palavra, em toda a obra de Marx, a

favor do partido único, e os marxistas presentes no Quartier Latin, em Paris, quando Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano e outros o frequentavam, não eram apenas aqueles que provinham do modelo estaliniano. Mas é preciso crer que este último modelo, com o Estado como principal actor da economia, um partido único crisol da nação, uma nação centralizada e moderna que nega as relações sociais originais no seio do campesinato, etc., correspondia bem ao seu imaginário de nação a construir, alimentado enfim pelo exemplo português (ou francês jacobino). Não se trata, a longo termo, duma orientação de “radicalismo de esquerda”, mas de imposição da nação pós-colonial a povos, cuja história e pertinência políticas são negadas. E evidentemente não é o resultado da “*missão incumbida pela Internacional Comunista*” (p. 365), de resto dissolvida por Estaline em 1943.

Deste ponto de vista, a transição ao liberalismo desde 1987, depois ao pluralismo político a partir de 1990-1992, não constituiu uma “mudança de opinião” dos dirigentes da Frelimo sobre a questão essencial: a produção rápida duma nação homogénea. A fase “radical” era necessária para produzir uma base social, via o Estado, para uma elite de natureza burocrática e socialmente muito fraca, que nasceu no contexto particular do colonialismo português dos anos 1940-1960. Os mesmos dirigentes que, em 1977, defendiam enormemente o papel do Estado, pois este era a condição da sua reprodução social e mental, são os primeiros a pregar hoje as privatizações (nas suas mãos) pois doravante eles gozam duma acumulação de capital suficiente para poder assumir a gestão de empresas “burguesas”.

Mas este processo, mais recente, não é mais “um grande plano” do que terá sido a “conspiração comunista-sulista” para tomar o poder no seio da Frelimo: trata-se, primeiro, de *processos sociais*, de *trajectórias de gerações*. A Frelimo de 2006 teria sido inimaginável para um dirigente dos anos 1966, 1976 ou mesmo 1986: no entanto, este dirigente, muitas vezes, ainda está no poder e teoriza, *a posteriori*, sobre a necessidade de dotar o país duma “burguesia nacional”, da qual ele conta fazer parte. De facto, há uma ligação de causa a efeito, entre o “marxismo-leninismo” de partido único dos anos 1977-1989 e a viragem neoliberal: *é porque este regime não construiu a democracia em Moçambique*, quer dizer o poder dos povos presentes no seio das fronteiras definidas pelo colonialismo, que as suas potencialidades de progresso foram depressa esgotadas e que não pôde mobilizar a população para vencer a Renamo. O apoio da África do Sul à Renamo foi útil ao regime da Frelimo, permitindo salvaguardar por muito mais tempo a sua legitimidade internacional, mas acentuando cada vez mais a sua dependência externa. E, ao contrário do que crê BLN, esta dependência externa foi bem maior para com o Ocidente, desde 1981 – desde o “Plano prospectivo indicativo” que devia “vencer o sub-desenvolvimento e instaurar o socialismo em dez anos” com... o apoio de capitais ocidentais¹¹³ – do que para com os países do Leste. A presença destes últimos em Moçambique era na realidade muito frágil, e de tipo mercantil mais do que imperialista¹¹⁴.

113 É preciso não esquecer que em 1981, a URSS fez saber a sua recusa definitiva de incluir Moçambique no seio do CAME e isso significa que, para ela, Moçambique não é socialista.

114 Na época, poucos estudos vaticinaram que o “marxismo-leninismo” da Frelimo implicaria a curto ou medio prazo o regresso aberto às leis do “mercado livre”. Destes estudos, citemos pelo menos um, com título sem equívoco: Pierre Olivier, «Mozambique: l’engrenage néo-colonial», *Quatrième Internationale (Bruxelles)*, n.º 3, Janeiro-Março 1981: 23-46. A tese deste estudo, publicado numa revista trotskista de pesquisa política, era que a política da Frelimo não tinha provocado “transição socialista” mas tinha, não obstante, impedido ou atrasado a emergência das camadas de comerciantes, temidas pela elite burocrática no poder. Nem socialista, nem capitalista, esta política só podia conduzir ao impasse, no sentido duma rápida reintegração ao mundo neocolonial.

O principal defeito de muitas análises feitas sobre Moçambique, do lado dos “prós” como dos “contras” foi a sobrevalorização considerável dos discursos e das suas “palavras”, em vez de escutar a significação socialmente estruturante destes discursos. Não se trata aqui de saber se o marxismo da Frelimo foi “verdadeiro” ou “falso”¹¹⁵, trata-se de saber qual foi o seu significado social, o seu papel estruturante das elites políticas, a sua função na formação do imaginário nacional, longe de toda a “missão ordenada pela Internacional comunista”. BLN de nenhuma forma escapa a este defeito da sobrevalorização do discurso: para ele, é porque Moçambique foi “marxista” que todas estas desgraças aconteceram. Ele acaba por dizer a mesma coisa que os partidários da Frelimo dizem: é porque Moçambique foi “marxista” que foi atacado. As contradições sociais internas a Moçambique acabam por ser esquecidas em proveito duma sobredeterminação pelos factores ideológicos ou internacionais, pela Guerra Fria, etc.

No entanto, no plano ideológico não há muita diferença entre o pensamento de Uria Simango e aquele de Eduardo Mondlane. Mas também não há abismo entre o pensamento de Uria Simango e aquele dos político-militares marxizantes. Isso não significa que os conflitos não tenham sido fundados, e isso não significa que estes conflitos possam ser reduzidos a “combates de chefes” pelo poder. Este aspecto inter-pessoal não pode ser subestimado, mas no caso presente, tratou-se duma luta pela eliminação política, depois física, dum homem “só”, organizada por um grupo com clara consciência de si próprio: a assimetria é patente em desfavor de Uria Simango. Contudo, se o conflito no seio da Frelimo era profundo, no início não era de natureza ideológica. Mais exactamente, os alinhamentos ideológicos posteriores só exprimiram clivagens sociais preexistentes na Frelimo e na sociedade moçambicana¹¹⁶. Para explicar tensões culturais, sociais, étnicas, que os ultrapassavam, os protagonistas procuraram ferramentas culturais nas ideologias disponíveis do momento. A estrutura não democrática da Frelimo, o seu funcionamento interno moldado, desde 1962, sobre um “centralismo democrático interno”, impediu uma abordagem politizante e formadora das dificuldades, fazendo de toda a divergência a “marca” duma acção inimiga, uma conspiração, uma luta de ambições, etc. A luta armada pôs em contacto pessoas que ignoravam tudo de uns dos outros num espaço – Moçambique – que não era nacional mas colonial, e o autoritarismo impediu a fusão dinâmica das identidades etnonacionais numa pan-identidade moçambicana, impediu a génese duma nação das nações moçambicanas.

A história não é o contrário mecânico da história única. Também não é menos verdade que era preciso quebrar a hegemonia da história oficial, fazê-lo em Moçambique e que fosse um Moçambicano a fazê-lo. Todas as críticas, por mais severas que sejam, apresentadas neste estudo, não retiram nada ao mérito de Barnabé Lucas Ncomo. A luta provavelmente, mas a história sem nenhuma dúvida, continuam!

Bordéus (França), 20 de Abril de 2006

¹¹⁵ Esta discussão não seria sem interesse, na condição de a formular duma maneira diferente, numa análise exaustiva das influências ideológicas que intervieram na formação da Frelimo.

¹¹⁶ Vimos, sobre este ponto eu junto-me inteiramente a BLN: os conflitos no seio da Frelimo não foram um conflito entre “linha burguesa” e “linha revolucionária”.